

Acção Socialista



Nº 1258 27 Fevereiro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Combate à pobreza

Uma obrigação moral, uma prioridade política



Governo

3

Modernizar o ensino é imperativo nacional

Parlamento

5

Aprovada Lei da Nacionalidade

Táxi Seguro

10

Programa-piloto inédito abrange 700 viaturas

SUPLEMENTO



www.ps.pt

Aconteceu, já é notícia.

PARTIDO SOCIALISTA



←
ACEDA AO MUNDO SOCIALISTA

EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director

Sampaio Presidente

No próximo dia 9 de Março, Jorge Sampaio termina o seu segundo mandato como Presidente da República.

Dez anos depois da sua eleição, os socialistas podem dar-se por satisfeitos: mais uma vez, deram a Portugal, e neste caso à mais alta magistratura da Nação, o melhor do seu empenho, capacidade, inteligência e sensibilidade.

A atenção de Jorge Sampaio a numerosos temas da vida portuguesa marcou a vida dos portugueses apontando-lhes caminhos e soluções para muitas questões cada vez mais importantes e decisivas num mundo que muito mudou nestes últimos dez anos.

Reconhecidamente, e numa fase da vida portuguesa em que as questões económicas assumiram uma importância determinante na vida do país, Jorge Sampaio foi um presidente animador, dinamizador e incentivador das empresas portuguesas, da inovação e do desenvolvimento da economia nacional, não se esquecendo de

recordar, nos locais certos, a importância de as empresas portuguesas terem um tratamento justo, e de acordo com as regras comunitárias, na vizinha Espanha.

Enquanto Presidente da República e nos últimos dias de Fevereiro, Jorge Sampaio fez a última visita oficial ao estrangeiro, a Timor. Há 10 anos atrás, a libertação de Timor da terrível opressão Indonésia parecia aos portugueses uma miragem interrompida pelos massacres e pelas constantes violações dos direitos humanos.

À vitória, dos timorenses, mas também de todos nós portugueses temos de associar o esforço e a capacidade diplomática que António Guterres e Jorge Sampaio foram capazes de liderar, por todo o mundo, para que em 2002, a República Democrática Timorense fosse uma realidade.

Prova desse facto, o Parlamento timorense atribuiu a Jorge Sampaio a cidadania honorária em reconhecimento do seu empenho na defesa de Timor-Leste.

*Jorge Sampaio
foi um presidente
animador,
dinamizador
e incentivador
das empresas
portuguesas,
da inovação e do
desenvolvimento
da economia
nacional*

A iniciativa, unanimemente aprovada e subscrita por todas as bancadas parlamentares de Timor, condensa o espírito que presidiu à última viagem presidencial de Jorge Sampaio, e que foi referida por Ramos-Horta, como traduzindo "o carinho especial que todos os timorenses sentem pelo presidente Sampaio".

Mas marcante foi também o momento em Jorge Sampaio, utilizando na plenitude os seus poderes presidenciais, decidiu dissolver a Assembleia da República, convocando novas eleições e dando aos portugueses a oportunidade de escolher uma maioria que os liderasse e os retirasse de uma governação errática e que não merecia a confiança dos portugueses.

Ao terminar as suas funções presidenciais, certamente que Jorge Sampaio ficará na história do PS e de Portugal pela importância das funções públicas que desempenhou. Seguramente que ficará no coração dos portugueses pela proximidade com que desempenhou o seu mandato.

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- 2. Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

- 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

- 4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.**

Linha Azul

808 201 695



ELEIÇÕES INTERNAS

Congressos federativos

6 ou 7 de Maio

**Eleição do presidente da federação
e dos delegados ao congresso**

21 ou 22 de Abril

**Eleições para os órgãos
das concelhias e secções
entre 17 e 31 de Março**

Informações sobre regulamentos em

www.ps.pt

Modernizar o ensino é imperativo nacional

ESCOLA A TEMPO INTEIRO

Governo, autarquias e parceiros educativos concordaram cooperar em nome do sucesso dos alunos e da escola pública.

MARY RODRIGUES



PORTUGAL pode e deve ter um sistema educativo moderno e qualificado porque dispõe hoje de recursos humanos e financeiros para isso. Esta foi a mensagem deixada pelo primeiro-ministro no encerramento da conferência “Escola a Tempo Inteiro”, promovida e organizada pelo Grupo Parlamentar do PS, onde criticou as “posições conservadoras” e resistências às medidas do Governo para o sector.

Depois de vincar que “todos os que defendem o interesse do país, das crianças e das famílias, estão de acordo com as políticas educativas que orientam as decisões e a actuação do Ministério” liderado por Maria de Lurdes Rodrigues, Sócrates aproveitou para defender algumas das medidas mais emblemáticas nesta área.

Começou desde logo pela que disse ser “a mais polémica” – o encerramento das escolas isoladas e com poucos alunos (microescolas) previsto para o próximo ano lectivo – afirmando que a decisão não obedeceu a um mero critério economicista e sim pedagógico e de justiça.

“Vamos encerrar algumas escolas em nome do interesse das crianças”, reiterou, acrescentando que existem “indicadores claros” da existência de uma taxa mais elevada de insucesso nessas escolas com poucos alunos, pelo que se torna “urgente” garantir a estes jovens “mais e melhores condições de socialização, aprendizagem e convivialidade”.

“Os alunos das escolas que encerrarem serão recolocados provisoriamente em estabelecimentos de ensino mais qualificados”, adiantou, garantindo que “o transporte das nossas crianças será devidamente organizado pelas autarquias”, em parceria com a tutela.

Quanto aos concursos de colocação de professores válidos por três anos, o primeiro-ministro qualificou-os como “um imperativo de qualidade das escolas”, lembrando igualmente que se trata de “uma medida reclamada há décadas”.

“Muito me espantou que, quando o Governo a apresentou, imediatamente os sindicatos se opuseram”, criticou.

Outra das medidas anunciada pelo Executivo – as aulas de substituição – foi também defendida por Sócrates, para quem se torna cada vez mais inaceitável que “todos os anos não sejam dadas oito milhões de aulas”, mais ainda – frisou – quando o

sistema das actividades de substituição já funciona com sucesso noutros países.

Na conferência realizada na sala do senado do Parlamento, José Sócrates salientou ainda o esforço realizado pelo Governo no 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente através da introdução do Inglês e da aposta no alargamento das refeições a todas as escolas.

“Em poucos meses, 95 por cento das crianças estão a aprender Inglês e mais de 60 por cento das escolas do ensino básico já servem refeições”, disse, considerando que “o segredo deste êxito” passou por uma “cooperação frutuosa” entre Governo e autarquias.

Ao afiançar que são os princípios constitucionais da universalidade e da igualdade de oportunidades os que orientam as políticas educativas do Governo com vista a criar “escola pública de qualidade”, José Sócrates concluiu, recordando que “nunca houve uma sociedade que fosse simultaneamente livre e ignorante”, pelo que “o Executivo socialista irá prosseguir com as mudanças sem desistir, por mais forças que se oponham”.

Enriquecer e valorizar o ensino público

Foi também na defesa do carácter urgente e imperativo de uma modernização do sistema de ensino que Maria de Lurdes Rodrigues, titular da pasta da Educação, centrou a sua intervenção.

Após elencar as dificuldades que se apresentam no terreno para a concretização de reformas no sector, a governante garantiu que está a ser implementado um conjunto de medidas necessárias para combater eficazmente o insucesso escolar, assente num conceito transversal conhecido por “Escola a Tempo Inteiro” e que terá especial incidência no 1º ciclo do básico.

Trata-se – segundo explicou – de “uma mudança tranquila” que visa “valorizar, enriquecer e qualificar as

escolas públicas”, em estreita colaboração com as câmaras municipais e onde a avaliação dos docentes e estabelecimentos de ensino tem por objectivo promover uma melhoria no sistema.

De seguida, Maria de Lurdes Rodrigues anunciou medidas associadas a este projecto, entre as quais destacou a renovação do parque escolar, o alargamento dos horários, a formação específica dos professores do primeiro ciclo e a “especificação programática” do ensino em competências básicas (matemáticas, estudo da língua do meio e ensino experimental).

A ministra informou também que os agrupamentos de escolas do primeiro ciclo vão ter de apresentar obrigatoriamente, até ao próximo ano lectivo, um plano de actividades extracurriculares.

A ideia é que as escolas tenham uma margem de autonomia para gerir as dez horas semanais de prolongamento de horário entre as 15h30 e as 17h30, integrando actividades desenvolvidas localmente, como a cerâmica ou a olaria, desde que contemplem também obrigatoriamente o inglês, a expressão musical e o desporto.

É este projecto reformador e ambicioso que o líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) saudou e apoiou veementemente, no início do colóquio.

Convicto de que “a qualificação dos portugueses é um factor decisivo para transitarmos de um modelo económico assente no trabalho intensivo para o modelo do futuro, baseado no capital do conhecimento”, Alberto Martins destacou a “relação inquestionável” que existe entre mais e melhor educação e mais crescimento económico, mais trabalho e mais cidadania participativa”.

Assim – continuou – “o investimento na Educação é um imperativo” para cumprir com sucesso um desígnio nacional onde “o papel do Estado é insubstituível”.

Considerando que a luta pela qualificação precisa de ser acelerada,

de forma a assegurar a convergência necessária com os restantes Estados-membros da União Europeia, o presidente do GP/PS salientou que a “Escola a Tempo Inteiro” é um instrumento valioso para garantir uma cidadania mais plena, combatendo o isolamento e as desigualdades.

Parceiros educativos satisfeitos e motivados

Já o constitucionalista Vital Moreira, presente na sessão, saudou o facto do Governo ter conseguido, com êxito, colocar a Educação nas agendas pública e política do país, há muito dominadas pelas questões relativas ao défice financeiro.

Para Vital Moreira, a “Escola a Tempo Inteiro” é um projecto cultural integrado que defende bem a escola pública face a “privatizações fortuitas”, servindo ao mesmo tempo os princípios da igualdade, coesão social e territorial, inerentes à lógica republicana e democrática.

“Trata-se de um projecto digno de um Governo socialista e atento à Constituição”, rematou.

Também o representante das associações de pais, Albino Almeida, se congratulou com a acção governativa na área da Educação, defendendo a necessidade de uma maior flexibilização e autonomia das escolas no âmbito da sua própria gestão e organização para aplicação das novas políticas a generalizar.

As autarquias, parceiros do poder central nesta reforma do sistema de ensino, estiveram representadas na conferência pelos presidentes das Câmaras Chaves, João Baptista, e de Melgaço, Rui Solheiro.

O primeiro centrou o seu discurso na urgência de dinamizar as economias locais para combater a desertificação, de revitalizar as escolas, envolvendo toda a comunidade educativa neste projecto de modernização, da avaliação contínua de resultados e de uma política “rigorosa” de investimentos nos novos centros escolares, atendendo às diversas necessidades existentes.

O segundo, por seu turno, destacou a coragem do Governo ao avançar com uma reforma educativa contra “interesses instalados”, apresentando de seguida um caso prático de sucesso desta estratégia consubstanciada na implantação de um centro escolar no município de Melgaço e reforçando a crucialidade de se proceder a uma “contextualização” da aplicação das medidas.

De “adaptação” falou também a investigadora em Ciências Sociais, Ana Nunes de Almeida, para quem o principal desafio da “Escola a Tempo Inteiro” será romper com a actual tendência de reprodução das desigualdades sociais na taxa de insucesso escolar, pela oferta pública de conhecimentos adicionais e pelo complemento educativo de que os pais

ENSINO QUALIFICADO DO SÉCULO XXI

HONRANDO o compromisso assumido com os eleitores, o Governo socialista dá passos determinados no sentido de mudar a maneira de conceber, organizar e gerir os recursos educativos do ponto de vista do interesse público em geral e dos alunos e suas famílias em particular.

Depois de assumir o 1º ciclo do ensino básico como um nível prioritário de intervenção urgente, o Ministério da Educação iniciou reformas estruturais que visam a modernização e a qualificação da aprendizagem, bem como a adaptação dos modos e tempos de funcionamento das escolas às necessidades actuais dos seus utentes, um projecto a desenvolver em estreita parceria com as autarquias locais, as associações de pais e os docentes e que já consubstancia medidas concretas:

ESCOLA a tempo inteiro, para todos os alunos, em todas as zonas do país

ALARGAMENTO do período de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico

GENERALIZAÇÃO do fornecimento de refeições

LIGAÇÃO de todas as escolas à Internet através da Banda Larga

REFORÇO da Rede de Bibliotecas Escolares

FORMAÇÃO e valorização de competências dos professores (matemática)

MEDIDAS de combate ao abandono e insucesso escolares

AULAS de substituição em caso de faltas ou furos;

criação de escolas integradas/centros escolares

ESTABILIZAÇÃO do corpo docente mediante a validação da colocação dos professores por três anos.

M.R.

carecem cada vez mais, dadas as novas realidades profissionais e demográficas dos nossos dias.

O deputado socialista Luiz Fagundes Duarte, a professora Ana Bettencourt e o jornalista Nicolau Santos definiram o projecto “Escola a Tempo Inteiro” como “o caminho a seguir para o desenvolvimento e a democracia”, com este último a encerrar o ciclo de intervenções insistindo na ideia segundo a qual o investimento na educação tem retorno garantido também em termos financeiros.

Portugal avança com Processo de Bolonha antes do prazo

O Conselho de Ministros aprovou a concretização da reforma do ensino superior no quadro do Processo de Bolonha.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

OS ESTABELECIMENTOS portugueses do ensino superior estarão alinhados com o chamado Processo de Bolonha no ano lectivo de 2007/08.

Até lá alguns passos serão entretanto dados no sentido de uma mais rápida aproximação a este processo. Assim, já em 2006/07, como garantiu Mariano Gago, ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, alguns cursos estarão em sintonia com as directrizes do novo modelo, cenário que surgirá graças à profunda revisão legislativa que o Governo entretanto aprovou, tendo em vista a reorganização, modernização e alinhamento do nosso ensino superior com os métodos defendidos no Processo de Bolonha.

Portugal consegue assim encurtar o prazo estabelecido pela União Europeia (UE), que determinou que 2010 fosse o ano de arranque do Processo de Bolonha em todos os países comunitários.

Para que o nosso país pudesse ter respondido de forma ágil a mais esta importante reforma da UE, incorporando-a e transformando o quotidiano do seu ensino superior, muito contribuiu, na perspectiva do ministro, o trabalho empreendido pelo Governo, nomeadamente ao ter aprovado de forma célere em Conselho de Ministros o decreto-lei que veio regulamentar as alterações introduzidas na Lei de Bases do Sistema



Educativo relativas ao novo modelo de organização deste grau de ensino.

Portugal recupera assim algum atraso em relação ao Processo de Bolonha, lentidão essa que, como teve ocasião de recordar o actual

responsável pela pasta do ensino superior, os governos anteriores do PSD/CDS são os únicos e principais responsáveis.

De acordo com Mariano Gago, o diploma agora aprovado em Conse-

lho de Ministros visa estabelecer os objectivos subjacentes a cada ciclo de estudos, intuito que será conseguido através das competências que cada aluno possa adquirir, fazendo em simultâneo, "a diferença de objecti-

vos entre aquilo que é o ensino politécnico e o que é o ensino universitário à luz da experiência europeia".

Entre muitos outros objectivos, o diploma define 180 créditos (o que equivale a seis semestres) como duração normal para uma licenciatura no ensino politécnico, sem prejuízo de poder ser aumentado para 210 ou mesmo para 240 créditos (sete a oito semestres) em casos especiais.

Em relação ao ensino superior universitário, o diploma prevê que os cursos de licenciatura tenham uma duração entre os 180 e os 240 créditos.

No que respeita às propinas devidas pela inscrição num mestrado, estas terão os mesmos valores que as propinas dos cursos de licenciatura, "quando se trate de um ciclo de estudos integrado com a licenciatura ou quando o mestrado se afigure como indispensável para o exercício de uma actividade profissional".

Outras medidas consideradas inovadoras foram igualmente salientadas pelo governante, como, por exemplo, a possibilidade de utilização de línguas estrangeiras, quer no ensino da licenciatura, mestrado ou doutoramento, quer na escrita e defesa das teses de mestrado e de doutoramento.

Para além deste diploma, que passa a regulamentar a nova metodologia de aprendizagem, o Governo aprovou também um novo mecanismo de acesso ao ensino superior para os maiores de 23 anos de idade que não estejam habilitados com um curso secundário, substituindo assim o até agora chamado "exame ad hoc" de acesso à Universidade.

O QUE É O PROCESSO DE BOLONHA?

Trata-se de um novo modelo que visa reorganizar o ensino superior na Europa, harmonizando métodos e soluções ao nível de todos os países da Comunidade, perspectivando a sua modernização e operacionalização.

Com os novos métodos a introduzir, passaremos de um ensino essencialmente baseado na transmissão de conhecimentos, para um ensino que valoriza sobretudo o trabalho dos alunos e na

efectiva aquisição de competências, definindo os objectivos de cada ciclo de estudos através das competências a adquirir e clarificando a diferença de objectivos entre o ensino politécnico e o ensino universitário.

O Processo de Bolonha recomenda ainda a substituição dos actuais exames "ad hoc" por um novo método de avaliação das capacidades dos alunos maiores de 23 anos de idade que não possuam habilitações ao nível do secundário.

Alargamento da oferta de ensino vocacional nas escolas públicas

O MINISTÉRIO da Educação quer aumentar a oferta de ensino vocacional nas escolas básicas e secundárias da rede pública, de norte a sul do país. Este alargamento da oferta, fundamental para diminuir as taxas de desistência, que rondam os 13 por cento no ensino básico e ascendem aos 33,7 por cento no secundário, traduz-se não só ao nível do aumento do número de turmas, como também na diversidade dos cursos implementados.

O objectivo é que coexistam nas escolas públicas diversos tipos de ofertas educativas e formativas, de forma a dar resposta às necessidades e expectativas dos alunos. Assim, num mesmo estabelecimento de ensino podem existir cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos, cursos de educação e formação e, ainda, cursos profissionais.

O alargamento da oferta dos cursos profissionais que até aqui funcionavam fundamentalmente em escolas privadas aos estabelecimentos do ensino público teve início no ano

lectivo de 2004/2005, a título experimental.

No presente ano lectivo, esta medida foi reforçada, com a abertura de 40 novas turmas, estando previsto, para o ano lectivo de 2006/2007, a criação de mais 100 turmas, em escolas secundárias, de todo o país.

Esta medida insere-se na iniciativa "Novas Oportunidades", que tem como objectivo central aumentar para 50 por cento a frequência de turmas de vias profissionalizantes, até 2010, para atingir valores semelhantes à média dos países da OCDE.

A concretização desta meta só será possível num quadro de uma renovada articulação entre as políticas de educação e formação dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social.

A promoção de uma gestão integrada da rede de estabelecimentos de ensino e formação, questão que se coloca com particular pertinência nos grandes centros urbanos, é uma das principais medidas que

se enquadram na referida articulação.

Trata-se de fomentar uma resposta formativa conjunta mais eficaz em termos geográficos e da cobertura de públicos, tendo em conta uma maior racionalização na utilização dos recursos existentes.

Neste âmbito, foi assinado um protocolo na escola secundária Marquês de Pombal, em Lisboa, onde vão passar a funcionar os cursos do Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (Cenjo) e do Centro de Formação Profissional do Sector Terciário do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A intenção prende-se com a reactivação desta antiga escola industrial, que foi projectada para acolher 1300 alunos, mas viu progressivamente reduzida a sua população escolar, não excedendo, este ano lectivo, os 400 estudantes.

De salientar que o Ministério da Educação vai canalizar 12 milhões de euros para o

reapetrechamento das escolas públicas, no ano lectivo de 2006/2007, para que estas possam passar a oferecer cursos profissionalizantes aos alunos dos ensinos básico e secundário.

Estes cursos, ao mesmo tempo que conferem certificação escolar ao nível do 9.º e do 12.º ano, asseguram uma qualificação profissional, essencial para os estudantes que pretendam ingressar na vida activa.

Esta opção, que procura rentabilizar edifícios escolares de referência actualmente subaproveitados, vai estender-se a outros estabelecimentos de ensino, de norte a sul do país.

Para que os estudantes e as suas famílias possam saber quais os cursos vocacionais disponíveis na sua área de residência, vai ser criada uma aplicação informática, por parte do Ministério e o IEFP, que ficará disponível no período de preparação da oferta para 2006 e 2007. Este será também um instrumento fundamental para os profissionais de orientação escolar e profissional.

Lei da nacionalidade aprovada por 80 por cento dos deputados

Portugal passa a dispor de uma das leis mais avançadas de integração de imigrantes da Europa.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O PRIMEIRO-MINISTRO considerou a lei sobre a nacionalidade, aprovada no Parlamento com os votos de 4/5 dos deputados, uma das leis mais importantes e significativas porventura aprovadas na actual legislatura.

Para José Sócrates, a nova lei da nacionalidade honra as instituições da República portuguesa, porque contribui para resolver um assunto que desde há muito se vinha a arrastar e que manifestamente, como também referiu, estava a preocupar uma fatia grande da sociedade. Conseguimos com a aprovação desta lei, frisou, que um número significativo de imigrantes passe a estar integrado de pleno direito no quotidiano do país, com todos os direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

Na opinião do líder socialista e primeiro-ministro, a nova lei da nacionalidade “está à altura dos tempos”, porque, como defendeu, para além de corrigir um conjunto de injustiças de que eram alvo os imigrantes e as suas famílias, “envia às comunidades imigrantes uma mensagem importante: Portugal gosta de os ter cá e que os seus filhos sejam portugueses e tenham um futuro em Portugal”.

Para o chefe do Executivo, esta lei para além de honrar o país, honra igualmente o partido que está no Governo “e a sua maioria parlamentar”.



Também o deputado socialista Vitalino Canas enalteceu a lei agora aprovada sobre a nacionalidade, referindo que a considerava justa, nomeadamente, como sublinhou, “porque reconhece a importância das comunidades imigrantes no desenvolvimento do país e ainda porque contribui para o fim da exclusão”, fornecendo antes matéria

para uma maior e mais sustentada inclusão de mais portugueses em Portugal.

Tratou-se, contudo, como não deixou de acentuar o primeiro-ministro, de uma lei “prudente” ao nível das condições de acesso à nacionalidade, uma vez que se soube rodear das necessárias cautelas evitando que Portugal

passasse a ser um paraíso para a imigração ilegal, o que iria, como lembrou, contra as regras aprovadas na própria União Europeia.

Uma lei com os olhos no futuro

A nova lei oferece um conjunto de novas regras que vão facilitar o acesso à nacionalidade portuguesa quer por parte dos imigrantes, quer por parte dos emigrantes.

Assim, e desde já, passam a existir menos obstáculos para a segunda e para a terceira geração de imigrantes no que respeita ao acesso à chamada nacionalidade originária. Em relação à terceira geração, o primeiro-ministro, José Sócrates, numa visita que efectuou a uma escola nos arredores de Lisboa, onde mais de 30 por cento dos alunos são filhos de imigrantes, afirmou que “não há qualquer justificação para que os filhos de imigrantes que já nasceram em Portugal não tenham acesso à nacionalidade portuguesa”.

A nova lei determina que é português o filho de estrangeiro que nasça em Portugal e que tenha pelo menos um dos seus pais aqui nascido. Esta regra é igualmente estendida aos netos dos imigrantes que nasçam no estrangeiro.

Também se passam a enquadrar na lei da nacionalidade portuguesa todos os que tenham nascido em Portugal e em que pelo menos um dos progenitores resida aqui legalmente há pelo menos cinco anos. Outro dos atributos concedidos pela nova lei refere que o Governo concede a nacionalidade aos menores nascidos em território português desde que estes tenham concluído no mínimo o 1º ciclo do ensino básico.

Segundo a nova lei, a nacionalidade portuguesa será igualmente concedida aos estrangeiros que vivam em união de facto há mais de três anos com um cidadão português, devendo, neste caso, como determina a lei, interpor uma acção de reconhecimento dessa situação num tribunal cível.

Também para quem resida há mais de seis anos legalmente em Portugal a lei determina a possibilidade de poderem reivindicar o direito à nacionalidade portuguesa.

Duas imposições são contudo estabelecidas: é preciso conhecer e dominar satisfatoriamente a língua portuguesa e não ter, por outro lado, sido alvo de uma condenação pela prática de crime punível com pena máxima de três anos.

O candidato que eventualmente venha a ser objecto de uma pena de prisão superior a um ano, refere igualmente o diploma, vê o seu processo de naturalização suspenso por um período de cinco anos.

SIMPLIFICAR PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Para Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, a nova lei da nacionalidade representará de imediato, entre outras novidades, um considerável avanço na simplificação dos procedimentos administrativos requeridos pelos imigrantes.

Com a aprovação desta lei, lembra este governante, qualquer documento de identidade pessoal passa a servir para a comprovação da permanência legal dos progenitores, deixando, como sucedia até aqui, de se exigir uma autorização de residência.

Lembrando que a lei agora aprovada não representa uma acção extraordinária para legalizar imigrantes,

Pedro Silva Pereira disse esperar que ela possa gerar um largo consenso na sociedade portuguesa à imagem do que sucedeu no Parlamento onde cerca de 80 por cento dos deputados a aprovaram.

Também o alto-comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, Rui Marques, manifestou o seu regozijo pela aprovação desta lei, sublinhando que ela vai permitir, entre outras novidades, a atribuição da nacionalidade portuguesa a imigrantes de terceira geração, permitindo deste modo que muitas crianças que nasceram em Portugal e que não conheceram qualquer outro país, passem a ser consideradas de pleno direito como cidadãs portuguesas.

Uma lei justa que honra a República

JOSÉ Sócrates saudou a aprovação por ampla maioria parlamentar da nova lei da nacionalidade, um diploma que descreveu, durante um jantar com a bancada socialista, como produto de “um trabalho bem feito”, que “contribui para a integração dos imigrantes no país”, inserindo-se “na boa tradição universalista de Portugal”.

Perante os deputados socialistas e 12 representantes de associações de imigrantes de países de língua portuguesa, eslava e islâmicos presentes na ocasião, o secretário-geral do PS salientou o facto de 80 por cento dos parlamentares da Assembleia da República terem votado favoravelmente a proposta do Executivo de alteração à lei da nacionalidade, considerando que o amplo consenso alcançado “honra as instituições da República Portuguesa, dignifica o partido que está no Governo e a sua maioria parlamentar”.

Segundo o primeiro-ministro, a nova lei da nacionalidade “está à altura dos tempos” e envia às comunidades imigrantes uma mensagem importante: “Portugal gosta de os ter cá e que os seus filhos sejam portugueses e

tenham um futuro em Portugal”.

“É uma lei justa, porque reconhece a importância das comunidades imigrantes no desenvolvimento do país, vai contra a exclusão e pretende incluir mais portugueses no país”, afirmou, classificando o diploma aprovado como

“prudente” no que diz respeito às condições de acesso à nacionalidade, porque – clarificou Sócrates – o âmbito da nova legislação esteve limitado pela presença do país na União Europeia e “Portugal não quer passar a ser um paraíso para a imigração ilegal”.

Também o líder da bancada socialista, Alberto Martins, considerou que a nova lei é boa para Portugal e para os portugueses”.

Por sua vez, o presidente da Associação Internacional da Comunidade Cabo-Verdiana na Diáspora, Lucas da Cruz, afirmou que a aprovação da lei da nacionalidade “constituiu a concretização de um compromisso eleitoral do Governo”, uma opinião partilhada por Elisabeth Cruz, presidente da comunidade angolana em Portugal, para quem o nosso país “deu mais um passo em prol da defesa dos direitos humanos”.

A proposta governamental de alteração à lei da nacionalidade foi aprovada, no Parlamento, em votação final global, com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e Partido Ecologista “Os Verdes” e com as abstenções do CDS-PP e do Bloco de Esquerda.

Recorde-se que a proposta de alteração da lei da nacionalidade foi anunciada pelo primeiro-ministro a 7 de Julho passado, durante um debate mensal na Assembleia da República, e foi aprovada no dia seguinte, em reunião do Conselho de Ministros.

SÓCRATES DEBATE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO COM GP/PS

No passado dia 15, Sócrates reuniu também com o Grupo Parlamentar do PS, naquele que foi o primeiro de uma série de encontros regulares para debater a situação política com os deputados da maioria.

Em declarações aos jornalistas, o líder do PS falou das reformas levadas a cabo na Educação, nomeadamente o encerramento de algumas escolas com um número reduzido de alunos.

“Podíamos não fazer nada para não causar problemas, mas a concentração de alunos em escolas de maior qualidade e com melhores infra-estruturas físicas, que funcionam a tempo inteiro, é um factor de progresso”, disse numa ocasião em que também defendeu que “crianças que frequentam escolas com menos de dez alunos não podem nunca ter acesso a um sistema de educação moderno”.

“Pelo contrário – frisou Sócrates – “elas ficam excluídas e o insucesso escolar em Portugal está muito associado a alunos que frequentam escolas nessas condições”.

Finanças na vanguarda da reforma do Estado

PLANO DE ACÇÃO PARA 2006

Teixeira dos Santos anuncia medidas importantes para operar a necessária mudança nas práticas, programas e modelos de gestão dos organismos e serviços públicos.

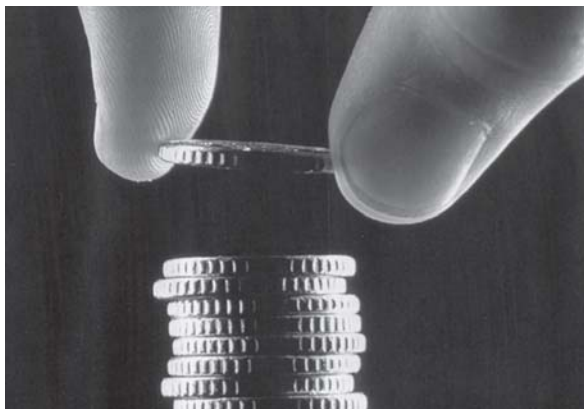
MARY RODRIGUES

O MINISTÉRIO das Finanças vai assegurar formação profissional a todos os funcionários que transitem de serviço mesmo antes de ser conhecida a decisão final sobre os organismos públicos que deverão ser extintos, fundidos ou criados, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – PRACE.

O compromisso foi assumido pelo ministro Teixeira dos Santos, durante a apresentação do Plano de Acção para 2006, ocasião em que advogou uma “partilha entre os serviços” que estão replicados por toda a Administração Pública cumprindo a mesma finalidade, falou das “virtudes da mobilidade” e reafirmou a necessidade de “valorizar o funcionário público”.

Teixeira dos Santos prometeu assim encetar uma aproveitamento mais racional e centralizado de recursos humanos e patrimoniais, reiterando que, a partir de Março, “as Finanças vão imprimir um segundo fôlego na reestruturação da máquina do Estado”, porque – defendeu – “é necessário mudar o *software* na Administração Pública, a prática e os modelos de gestão”.

No auditório nobre do ministério, onde compareceu acompanhado pelos seus quatro secretários de Estado, o



titular da pasta das Finanças lembrou a regra da “admissão de um funcionário por cada duas saídas, sublinhando que ela terá uma aplicação rigorosa, mas não cega, e que o vínculo ao funcionalismo público ficará, a prazo, limitado às questões de autoridade e soberania, como é o caso da segurança e a defesa do Estado, da Assembleia da República e dos serviços de

inspecção.

A ideia é – disse – “aproximar sistemas de trabalho entre o sector público e o privado” e “simplificar regimes” de carreiras, remunerações e protecção social, sendo este último equiparado à Segurança Social.

Também no âmbito do processo de reforma em curso, o secretário de Estado da Administração Pública

anunciou que, até ao final do primeiro semestre deste ano, serão elaboradas as leis orgânicas dos ministérios e analisadas as estruturas dos departamentos governamentais existentes à luz das leis em vigor.

Por outras palavras, primeiro serão estudados organismos como as direcções-gerais e só depois se avançará para os serviços que integram cada um dos organismos.

Já em matéria de redução do défice público, o ministro das Finanças deixou claro mais uma vez que a necessária queda para os 4,6 por cento do PIB será alcançada com base nos proveitos das “reformas estruturais” e “no reforço dos mecanismos de acompanhamento orçamental, tal como programado”.

Recorde-se que já foi publicado o diploma sobre o “controlador financeiro” que deverá ser colocado em cada ministério para acompanhar a execução fiscal.

No capítulo da reavaliação da carga tributária, o ministro garantiu que, devido a condicionantes orçamentais, “não faz sentido e é muito arriscado pensar numa redução”, considerando que a competitividade fiscal reside realmente “na melhoria do serviço público de impostos”.

Neste sentido – anunciou – está previsto um aumento, este ano, das acções de fiscalização aos contribuintes e será declarada guerra sem trégua à “falta de facturas”.

Irregularidades serão alertadas via SMS

Ao reforço da “inspecção no terreno” juntar-se-á também a realização de protocolos para troca de informações, a elaboração de relatórios parcelares sobre fuga e evasão fiscais e o lançamento de alertas via SMS.

Assim, o Ministério das Finanças

encontra-se já a preparar um sistema de mensagens electrónicas para os contribuintes que declarem rendimentos em valor diferente daquele que o sistema informático do fisco previa.

“Quando alguém se enganar e não declarar o que devia, recebe um alerta”, explicou Teixeira dos Santos, esclarecendo que este é um sistema que deve ser utilizado para os trabalhadores por conta de outrem.

Ainda para melhorar a eficiência do combate à fraude e evasão fiscais, o Executivo socialista vai definir o montante a partir do qual um contribuinte passará a integrar a lista pública de devedores ao Fisco e à Segurança Social.

A este propósito, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral, disse que o Governo pretende seleccionar os “grandes devedores” e enviar-lhes uma carta a alertá-los para o montante em dívida.

Na missiva será solicitado ao contribuinte que regularize a situação ou que se dirija a uma repartição de finanças caso haja algum engano.

“Não queremos inundar as repartições de finanças”, ressaltou, para depois explicar que esta medida visa actualizar a base de dados e evitar erros na divulgação dos nomes dos devedores.

Frisando que a publicação da referida lista será feita com cautela e uma vez concluído o processo de notificação por escrito, João Amaral explicou que a esta divulgação se encontra ainda dependente de um parecer técnico solicitado pelo ministro das Finanças que vai definir qual o montante de dívida que será considerando “grande”, podendo, inclusive, estabelecer dois patamares de classificação dos devedores, um para a os contribuintes singulares e outros para as empresas.

NOVIDADES NA ORGANIZAÇÃO

AVALIAÇÃO Todos os funcionários públicos serão abrangidos, em 2007, por um novo sistema de avaliação de desempenho que será uma determinante da evolução salarial.

CONTENÇÃO A regra é recrutar apenas um funcionário por cada dois que deixem os serviços da Administração Central do Estado.

GESTÃO POR OBJECTIVOS Os serviços públicos passarão a ser geridos com metas anuais e os seus dirigentes serão sujeitos a avaliação.

SERVIÇOS PARTILHADOS Um conjunto de serviços dispersos por vários ministérios, ligados à gestão de recursos humanos, compras públicas e tecnologias de informação, passarão a ser geridos de forma partilhada.

Milhões de contribuintes terão aumentos nos rendimentos mensais

TAXAS DE RETENÇÃO NA FONTE DO IRS VÃO BAIXAR

Pela primeira vez desde o início da década, o Governo baixou a taxa obrigatória de retenção na fonte do Imposto sobre Rendimentos Singulares.

MUITOS contribuintes chegarão ao final do mês com ganhos salariais mensais que podem chegar a algumas dezenas de euros. Isto porque o Governo decidiu baixar a taxa de retenção do IRS por razões de “justiça fiscal”, segundo explicou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

Em declarações aos jornalistas, no final da reunião dos ministros de Economia e Finanças

(ECOFIN) da União Europeia que se realizou recentemente em Bruxelas, o governante garantiu também que a determinação do Executivo socialista não acarretará perdas de receitas por parte do Estado.

“A alteração das tabelas impunha-se por razões de justiça fiscal”, reafirmou, explicando de seguida que não faz sentido continuar a exigir aos portugueses que adiantem o dinheiro ao fisco e vejam retidos montantes para além do imposto que deveriam pagar.

Teixeira dos Santos sublinhou igualmente que nesta decisão governamental pesou “a preocupação de ajustar o quadro das retenções à realidade tributária dos contribuintes, de forma a evitar que estes estejam a ser indevidamente onerados através das retenções na fonte”.

Lembrando que em 2005 os reembolsos feitos em sede de IRS atingiram cerca de dois mil milhões de euros, o ministro explicou que esta receita significou “que os contribuintes, através da retenção na fonte, adiantaram ao fisco dois mil milhões de euros”.

Mas – continuou – o Estado não recebe o dinheiro nem o põe a render porque os encargos existentes fazem com que o dinheiro entre na tesouraria e saia para efectuar os pagamentos devidos” e por isso a descida na taxa de retenção “não causará qualquer perturbação orçamental”, além de que a medida já estava prevista no Orçamento de Estado para este ano.

Todavia, em contrapartida à diminuição do imposto mensalmente retido, deverão diminuir os reembolsos de IRS a efectuar pela máquina fiscal na abertura do Verão de 2007.

Isto porque se é verdade que se baixou o valor dos “empréstimos forçados” que o Estado “exige” aos contribuintes todos os meses, também é certo que a taxa do imposto e os escalões de IRS mantêm-se como foram aprovados no Orçamento do Estado para este ano.

Por outro lado, os assalariados que auferirem ordenados superiores a dois mil euros e algumas categorias de pensionistas sofrerão um agravamento ligeiro na taxa de retenção do IRS. No primeiro caso, o imposto mensal a reter pela empresa aumenta um ponto percentual.

Já para os reformados (dois titulares) com rendimentos superiores a 750 euros, em quase todas as classes de rendimentos, a taxa de retenção na fonte vai subir.

António Costa defende mais autonomia para as freguesias



Mais recursos financeiros, maior acesso ao crédito e reforço da sua autonomia é esta a proposta do Executivo para o futuro das freguesias.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O GOVERNO não tem intenção de extinguir qualquer município ou freguesia, garantiu o ministro António Costa no discurso de encerramento do 10º congresso da Associação Nacional de Freguesias (Anafre).

Pelo contrário, o Executivo defende que em breve, entre outras medidas, as freguesias aumentem a sua autonomia financeira, passando a dispor, no âmbito da reforma da Lei das Finanças Locais, de acesso a montantes mais elevados de crédito de médio e longo prazo, ou ainda, de um fundo mínimo de funcionamento de 30 mil euros, verba que será assegurada pelo próprio Orçamento de Estado.

Contudo, o titular da pasta da Administração Interna, responsável entre outras áreas pelo Poder Local, defendeu neste encontro com a Anafre, que o país não pode continuar a trabalhar no registo do que classificou “de lógica de capelinhas”, referindo-se, neste particular, à dificuldade “em colocar diferentes entidades a cooperarem”, justificando a sua posição com o facto, como referiu, de que ao fim de 30 anos de regime democrático, “apenas existem cinco associações de freguesias em todos o país”.

Para o ministro da Administração

Interna, se é verdade que o Executivo socialista não tem a menor intenção de extinguir freguesias ou municípios, não deixa de ser evidente que existe a necessidade de se proceder a ajustamentos, sobretudo, como sublinhou, “ao nível das estruturas administrativas do território”, e isto porque, reconheceu, “o país não é todo igual”.

E o exemplo mais significativo, em sua opinião, que justifica a necessidade urgente de se encontrarem mecanismos sérios de cooperação, tendo em vista, como referiu, “podemos juntar as sinergias existentes entre as diversas freguesias” está no facto de nos centros históricos das principais cidades portuguesas, termos hoje menos população numa freguesia do que tinham duas há 20 anos, razão pela qual, justificou, “é preciso consolidar e alargar as competências, abrindo escala e dimensão a esses territórios”.

Assumindo que a política do seu ministério passa de facto pelo reforço do papel das freguesias, António Costa anunciou, nesse sentido, que o Governo prepara-se para alargar o programa “netJuntas”, como forma deste órgão poderem desempenhar de forma mais sustentada as suas tarefas de proximidade ao cidadão, constituindo-se assim como verdadeiras plataformas de mediação na sociedade de informação.

Mas outras novidades foram igualmente adelantadas pelo ministro com o objectivo, como referiu, de “transformar, de forma gradual, cada junta de freguesia numa loja do cidadão”.

Assim, e entre outras medidas, o ministro referiu o protocolo assinado recentemente entre o Ministério das Finanças e a Anafre, acordo que estabelece a possibilidade de dentro de poucos dias funcionários do Ministério deslocarem-se para as diversas juntas de freguesias com o objectivo de ajudarem os cidadãos no envio das declarações do IRS.

Esta iniciativa, lembrou António Costa, que faz parte de um protocolo que abrange outras áreas de cooperação entre Governo e a associação representativa das freguesias, expediente que dá a imagem correcta do papel que o Governo pretende que as juntas de freguesia venham a desempenhar num futuro imediato em Portugal.

Reconhecendo que os principais custos e despesas estão centradas no funcionamento da administração central, razão porque defendeu como prioritária “a reforma urgente do Estado e dos diversos organismos da Administração Central”, o ministro insistiu na necessidade de um verdadeiro diálogo com a Anafre. E lembrou que o novo quadro legal já aprovado, irá reforçar a importância das freguesias, nomeadamente, como sublinhou, na prevenção dos fogos, mas também em campos tão importantes como a educação ou a acção social, prevendo-se, ainda para este ano, o lançamento de novos protocolos no sentido de reforçar o papel das freguesias em áreas como o ordenamento do território, o licenciamento da construção e diversas outras iniciativas ligadas às actividades económicas.

OPINIÃO



ANTÓNIO GAMEIRO
Deputado na AR

Melhor Administração Mais Cidadania!

O GOVERNO está a cumprir o seu programa com elevado sentido de responsabilidade e de Estado naquilo que diz directamente respeito ao programa de reforma da Administração Pública.

A política de reformas da Administração Pública estará estreitamente articulada com a estratégia de consolidação orçamental a prosseguir pelo Governo, mas visará fundamentalmente permitir que a Administração Pública portuguesa se prepare para um novo período marcado por:

Diminuição da sua dimensão estrutural, criando condições para menos burocracia e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, empresas e comunidades;

Reordenamento dos serviços desconcentrados de nível regional e concentração dos de nível local, com soluções de balcão único, reduzindo custos e aumentando a capacidade e qualidade do serviço prestado e reforço da descentralização;

Aproximação dos regimes de prestação de trabalho da Administração Pública a regimes gerais, criando condições para a existência, no futuro, de maiores fluxos entre sector público administrativo e sector privado;

Reforço das condições de mobilidade no interior da administração;

Afirmação da cultura de gestão por objectivos, da obtenção de resultados, da avaliação e de reconhecimento do mérito;

Criação de condições para o aumento da qualificação dos recursos humanos.

Nesse sentido, a acção do Governo deve desenvolver-se fundamentalmente nos seguintes domínios:

Reestruturação da Administração Central do Estado em cumprimento da rcm n.º 124/2005, de 4 de Agosto;

Revisão do sistema de carreiras e de remunerações, em cumprimento da rcm n.º 109/2005, de 30 de Junho;

Revisão do sistema de avaliação de desempenho dos funcionários públicos;

Concepção de um sistema de avaliação de serviços;

Desenvolvimento de um sistema integrado de protecção social na Administração Pública;

Reforço das condições de controlo de admissões de pessoal nas administrações públicas;

Desenvolvimento da formação profissional especialmente a relacionada com os dirigentes, quadros superiores, de apoio à mobilidade, com base nos recursos disponibilizados pelo programa operacional da administração pública;

Revisão do regime de afectação e desvinculação dos quadros de supranumerários.

É tempo de as enfrentar de uma vez por todas com coragem e determinação através de medidas adequadas e estruturais, que mais não adiem os problemas, mas que sustentem e consolidem o modelo social em que acreditamos.

O Governo está a conduzir uma estratégia de desenvolvimento para o país, onde a modernização da Administração Pública é uma componente essencial e tal modernização deve contribuir igualmente para a consolidação sustentada das finanças públicas.

Não se trata de fazer a “grande reforma da Administração Pública”, mas de lançar as bases de um processo reformador firme e consequente, para alcançar uma administração eficaz que sirva bem os cidadãos, as comunidades e as empresas, concretizando as expectativas que os cidadãos têm de um Estado moderno.

Trata-se, sobretudo, de preparar o futuro da Administração Pública sob novos paradigmas: reforçando a mutação de uma administração marcada por um paradigma procedimental para uma Administração Pública inspirada pelo paradigma da gestão e da obtenção de resultados, com respeito pelo direito e cumprindo as políticas sufragadas pelos cidadãos.

Esta semana mais um passo foi consolidado no Parlamento, com a discussão e aprovação na generalidade do diploma que regula a aplicação do actual regime de avaliação de desempenho dos funcionários públicos.

A avaliação de desempenho dos funcionários públicos portugueses assume hoje, reconhecidamente, uma importância fulcral no quadro da gestão da nossa Administração Pública, quer quanto à sua própria produtividade e competitividade, quer igualmente quanto à motivação e grau de realização profissional de cada um dos que diariamente realizam as funções do Estado.

O modelo de avaliação do desempenho que o Partido Socialista defende hoje e que, aliás, sempre defendeu para a Administração Pública, assenta em princípios de transparência, rigor, justiça, simplificação, participação e co-responsabilização dos seus interessados. O Partido Socialista sempre reconheceu e se manifestou favorável à implementação de um modelo de avaliação que pudesse concorrer para a credibilização, prestígio e eficácia das funções públicas.

Todavia, o Governo anterior numa tentativa de alterar o sistema de classificação de serviço então existente e que, diga-se, completamente injusto, desadequado e motivador de uma não avaliação, porque remetia a classificação dos funcionários para um padrão de avaliação de uma administração excelente, quando todos os dados comprovavam que a sua produtividade e qualidade assentavam, em níveis extremamente baixos, criou o sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública.

Foi um passo no bom sentido, mas reconheça-se que não foi o melhor passo e sobretudo que foi um passo dado em falso, no sentido que não teve acolhimento e a aplicação que era expectável.

O Governo anterior aprovou este regime contra a vontade de todos os partidos da oposição e sem ouvir e ter em conta as diversas dúvidas de aplicação deste regime, pela complexidade e carga burocrática que comportas e também não cuidou de o fazer aplicar de forma uniforme e igual por toda a Administração Pública.

Assim, bem se compreende que em 2004, o SIADAP só tenha tido aplicação em 30 por cento dos organismos em que a sua aplicação seria directa e em 2005 a cerca de 60 por cento dos mesmos, evidenciando um esforço acrescido das administrações públicas na sua aplicação.

Sistema de avaliação dos serviços públicos que com base em metodologias de *benchmarking* comparativo, deve de forma transparente demonstrar a qualidade e a produtividade de cada serviço, fazendo catapultar a motivação e o estatuto remuneratório de quem realmente trabalha satisfazendo as pretensões dos cidadãos.

Esta medida do Governo tenta colmatar em toda a sua extensão o problema levantado por uma lei confusa, burocrática e complexa, ao mesmo tempo que potencia uma alteração a este regime ainda durante este ano de 2006.

Este é um caminho que começou no passado e temos que reforçar no presente.

O processo de reformas significa que temos de melhorar!

Não se trata de uma revolução. Mas é necessário pensarmos as soluções estruturais existentes, para conseguirmos ter no futuro uma administração mais racional, mais ágil no seu funcionamento, mais eficiente, mais orientada no plano estratégico, e servindo melhor e de forma mais próxima os cidadãos, as empresas e as comunidades. É este melhor serviço que nos deve mobilizar.

Políticas públicas aceleram retoma da confiança

O GOVERNO socialista mostra capacidade de reforma na linha das expectativas dos cidadãos e da missão que o povo português lhe atribuiu ao conferir-lhe uma expressiva maioria absoluta. A afirmação é do deputado socialista Maximiano Martins que, perante o Parlamento, saudou o “novo modo de actuação”, o “novo modelo de políticas públicas de natureza pró-activa” e os “novos paradigmas para o funcionamento do Estado” que a equipa do Executivo de José Sócrates tem tido a coragem de implementar “num contexto de alta competição nacional para a captação de investimentos”.

Ao frisar que a confiança é actualmente “uma palavra-chave para o progresso económico”, o deputado do PS salientou que o discurso e as políticas governamentais têm um papel importante a cumprir, uma vez que eles podem estimular níveis mais elevados de confiança ou, destruí-la de forma duradoura, influenciando negativamente o desempenho económico como aliás, aconteceu durante as recentes administrações da coligação PSD/CDS-PP.

E porque estes foram erros que não se podem repetir, Maximiano



Martins a mudança de atitude encausada com o Executivo socialista constitui um passo em frente

crucial para a superação da actual crise económica e financeira que o país atravessa.

Salientando que o Governo está a dar a resposta certa aos desafios que se lhe colocam, pela afirmação

de políticas públicas credíveis e viradas para o futuro, o deputado citou algumas das medidas mais importantes até agora tomadas, começando por referir o Plano Tecnológico e os protocolos assinados recentemente com a Microsoft, passando pela simplificação administrativa e pela pró-actividade face ao investimento nacional e estrangeiro, terminando na estratégia de proximidade no acompanhamento das diversas situações empresariais.

“Esta actuação do Governo, com a aprovação da maioria parlamentar, é a única resposta possível para enfrentar, de forma sustentada, a situação de graves dificuldades estruturais da economia portuguesa”, afirmou Maximiano Martins, lembrando que pela natureza também estrutural dos problemas que o nosso país vive, “a retoma económica não pode deixar de ser lenta.

A terminar a sua intervenção, o deputado defendeu que as políticas do Governo socialista, por serem credíveis e gerarem confiança, “também produzem efeitos no imediato” como já é bem visível na indústria, nos serviços, no turismo e no mercado de capitais.

M.R.

Mais 500 milhões de euros para apoiar pequenas e médias empresas

O INVESTIMENTO é a chave para relançar a economia portuguesa na rota de crescimento. Esta a mensagem deixada pelo ministro da Economia, Manuel Pinho, em Santa Maria da Feira, por ocasião do primeiro balanço do Programa de Incentivos à Modernização Empresarial (PRIME).

Perante dezenas de empresários que se deslocaram ao Europarque, o governante lançou o repto de se seguirem os sinais de confiança na economia portuguesa, aproveitando-se ao máximo os 500 milhões de euros disponíveis do programa, de forma a alavancar um investimento de 1.300 milhões de euros nas PME.

Depois de sublinhar que nos últimos meses se tem registado “uma inversão no clima de investimento no país”, Manuel Pinho apontou para os “projectos importantíssimos que a médio prazo se vão traduzir no aumento das exportações”, dando sinais claros de que o nosso país está a retomar a rota de crescimento.

Neste sentido, o governante deu como exemplo a recente decisão de produzir internamente um novo modelo na Auto-Europa, quando aquele grupo automóvel anuncia a redução da actividade noutros países, vincando que com isto fica demonstrado que “Portugal tem factores de competitividade que estão a vir ao de cima”.

Manuel Pinho situou nesses sinais a OPA da Sonae sobre a PT e a aposta do grupo Amorim



na Galp, defendendo que estas são “manifestações de grande confiança na economia portuguesa por parte dos grandes empresários nacionais”.

“Ao mesmo tempo que fomenta grandes projectos de investimento, não é menor a atenção do governo às PME”, disse, lembrando que estas últimas têm um lugar importantíssimo, quer pelo seu papel na

inovação, quer no emprego.

O ministro chamou ainda a atenção dos agentes económicos para a necessidade de “aproveitar todos os fundos comunitários que estão disponíveis para as empresas”.

Lembrando as alterações que foram introduzidas ao PRIME em Julho de 2005 e que permitiram desbloquear 500 milhões de euros para projectos que estavam parados por

questões burocráticas, Manuel Pinho saudou a simplificação dos processos de candidatura agora alcançada (*ver caixa*).

Recorde-se ainda que centenas de projectos foram já aprovadas, absorvendo outros 500 milhões de euros e sobra outro tanto para financiar as empresas até ao final do ano, mediante projectos que cumpram os critérios do programa tecnológico.

M.R.

ÚLTIMA FASE DO PRIME

- As empresas deverão apresentar as suas candidaturas até Setembro de 2006
- O investimento correspondente deverá ser concluído em dois anos
- Três áreas prioritárias:
 - Inovação** – 139 milhões de euros – Projectos próprios ou em consórcio com universidades,
 - Internacionalização** – 108 milhões de euros – Presença em mercados externos, produção transnacional e acções colectivas
 - Qualificação** – 100 milhões de euros – Formação nas empresas ou em parcerias e para programas como o Inovjovem e Contacto.

Sócrates aprofunda conhecimento das modernas tecnologias

VISITA À FINLÂNDIA

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, realiza no próximo dia 6 de Março uma visita oficial à Finlândia, tendo como temas principais da agenda a execução do plano tecnológico em Portugal e questões relacionadas com a União Europeia.

Na visita à Finlândia, o chefe do Governo português estará acompanhado pelos ministros da Economia e Inovação, Manuel Pinho, e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago.

Integram ainda a comitiva do primeiro-ministro o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Fernando Neves, e o coordenador nacional do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho.

Em Helsínquia, José Sócrates terá encontros com o seu homólogo finlandês, Matti Vanhanen, e com a Presidente da República, Tarja Halonen.

Segundo uma nota do gabinete do chefe do Governo português, a visita a Helsínquia tem como um dos principais objectivos permitir uma troca de experiências e informações com a Finlândia, país que "efectuou uma profunda transformação económica, graças à introdução bem sucedida de novas



tecnologias e ao investimento nos recursos humanos".

Ainda de acordo com a nota do gabinete do primeiro-ministro, José Sócrates pretende também "consolidar uma relação de trabalho" com os responsáveis pela presidência da União Europeia no segundo semestre deste ano.

Para além destes encontros de carácter político, o primeiro-ministro português fará uma visita a uma escola básica que faz uso de modernas tecnologias no ensino, deslocando-se ainda ao Fundo Nacional Finlandês para Investigação e Desenvolvimento e à empresa multinacional Nokia.

Prioridade à internacionalização e inovação

COMÉRCIO

O reforço do emprego e o aumento da qualificação dos empresários são objectivos apontados por Fernando Serrasqueiro

OS APOIOS ao comércio vão privilegiar a inovação, novas tecnologias, internacionalização e o trabalho em rede das empresas, com verbas de cerca de cem milhões de euros previstas ainda durante este ano, anunciou o secretário de Estado do Comércio e Serviços.

Fernando Serrasqueiro, que falava durante a apresentação nacional dos apoios ao sector no âmbito do novo Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), referiu que as ajudas do Estado deixarão de ser apenas para a remodelação física dos espaços comerciais, sublinhando que os empresários do sector estão a ser alertados para estes novos financiamentos a questões tão diversas como plataformas informáticas ou a manutenção de redes de distribuição.

O comércio é um "elemento fundamental do bom funcionamento

da economia" que tem sofrido fortes alterações estruturais nos últimos anos, com a introdução das novas tecnologias, dos centros comerciais e do "hard discount", explicou o secretário de Estado.

"Queremos reforçar o emprego", aumentando também a qualificação dos empresários, referiu Fernando Serrasqueiro, adiantando que estão a ser financiados estudos técnicos para encontrar "oportunidades de negócio" para o sector em Portugal.

"Também no comércio dito tradicional se têm verificado alterações significativas, não só no que respeita à diversificação e melhoria do serviço prestado" mas também "uma maior especialização" e "crescente integração nomeadamente no que respeita às formas de abastecimento", acrescentou.

Por isso, frisou, estas transformações levaram a que os empresários deste sector sentissem mais "a necessidade de modernização das suas estruturas como forma de aumentar a sua competitividade".

Na carteira de apoios, Fernando Serrasqueiro destacou o Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (20 milhões de euros), o Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (2,5 mi-

lhões), Projectos de Urbanismo Comercial (50 milhões) e Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (20 milhões).

A alteração do PRIME define vários projectos globais qualificados, e nos últimos meses já foram apresentados mais de 1500 candidaturas a apoios, envolvendo um volume de apoios na ordem dos 25 milhões de euros.

O novo PRIME contempla agora mais apoios à inovação, novas tecnologias e internacionalização das empresas, privilegiando estas áreas sobre o simples investimento em equipamentos físicos, explicou Fernando Serrasqueiro.

No caso do comércio e serviços, os apoios são agora dirigidos à "modernização e inserção em redes de cooperação", considerando-se em particular aqueles que são "suportados por plataformas tecnológicas se dirigem à concepção e desenvolvimento do produto, moda e design e assistência técnica e tecnológica", acrescentou.

E referiu ainda que questões como a competitividade, a melhoria da organização e da sua imagem empresarial, bem como a racionalização dos custos de distribuição são algumas das matérias que podem ser objecto de candidaturas. J.C.B.

OPINIÃO



FILIPE NUNES

Para o Bloco, o que interessa é continuar a competir com o PCP em ortodoxia. O Bloco não mudou nada nem aprendeu nada com as presidenciais. Entre o original (o PCP) e a cópia (o BE), os eleitores descontentes vão continuar a preferir o original

Um ano e três dias depois

A GENERALIDADE da classe política gosta de dizer que «as sondagens valem o que valem» ou que «a melhor sondagem é aquela que sai depois de contados os votos». Teses mais sofisticadas apontam os resultados dos jogos de apostas como um dos melhores indicadores de antecipação do sentido de voto. Isto faz algum sentido. Se nos inquéritos telefónicos o entrevistado diz o que lhe vem à cabeça, nas apostas o cidadão joga o seu dinheiro e, por isso, pensa duas vezes. Depois da OPA de Belmiro de Azevedo, soube-se que a Portucel vai investir 900 milhões de euros numa nova fábrica de papel, em Setúbal. Os empresários, tal como os apostadores, raramente arriscam naquele que é visto como «o cavalo errado». São um óptimo barómetro. Apesar das autárquicas, apesar das presidenciais, tudo indica que, um ano (e três dias) depois, o PS continua com maioria absoluta.

Esquerda lunática

Recentemente, o Bloco de Esquerda organizou as suas jornadas parlamentares. Do conclave saíram três ideias peregrinas: a convergência entre as pensões mínimas e o salário mínimo, a revogação do código laboral e o financiamento da segurança social através das mais-valias das empresas dos sectores tecnológicos. Fazer coincidir as pensões mínimas é financeiramente insustentável e até socialmente injusto, já que entre as pessoas que recebem pensões mínimas estão casos muito diferentes. Aumentar a rigidez laboral num momento em que o desemprego aumenta é, obviamente, contribuir para aumentar ainda mais o desemprego. Tapar o buraco da segurança social penalizando as empresas mais inovadoras é suicídio económico. Mas, para o Bloco, isso agora não interessa nada. Para o Bloco, o que interessa é continuar a competir com o PCP em ortodoxia. O Bloco não mudou nada nem aprendeu nada com as presidenciais. Entre o original (o PCP) e a cópia (o BE), os eleitores descontentes vão continuar a preferir o original.

Toda a gente sabe

Semanalmente, o dr. Lobo Xavier vai à Quadratura do Círculo exibir a sua elegante vacuidade. Um destes dias, quando sintonizei a SIC Notícias, lá estava ele, todo convicto, a dizer que «para os socialistas, o ideal era uma escola ou uma universidade em cada esquina». É certo que até foi este Governo (socialista) que decidiu encerrar escolas com poucos alunos e acabar com a proliferação de universidades. É verdade que as mais recentes propostas de criação de novos estabelecimentos de ensino superior (Viseu, Leiria) vieram da direita. Mas toda a gente sabe que «para os socialistas, o ideal era uma escola ou uma universidade em cada esquina», não é?

Centralismo Democrático

Em clima de pré-congresso, Luís Filipe Menezes acusou Marques Mendes de ter «um receio injustificado pelo calor humano das bases». O ainda líder do PSD faz lembrar aqueles treinadores, estilo prof. Carlos Queirós, que não gostam do cheiro do balneário. Menezes, pelo contrário, é mais do género Octávio Machado. E ainda bem. «Hoje mesmo [escreve Menezes] tive conhecimento de que o congresso de Março não vai ter praticamente observadores. Argumento? O local onde se realiza é exíguo! E é exíguo porquê? Será que a generosa subvenção financeira nacional, concedida pelo Estado, não é suficiente para realizar o congresso num local amplo, onde se possa manter a tradição dos militantes terem acesso, de forma muito alargada, ao acompanhamento dos trabalhos da mais importante reunião partidária?» Realmente, isto nem no PCP. Será que a generosa subvenção financeira nacional, concedida pelo Estado, não é mesmo suficiente para realizar o congresso num local amplo, onde se possa manter a tradição dos militantes terem direito, de forma muito alargada, a associar os oradores e a atirar laranjas para o palco? Perde o partido e perdemos nós, clientes habituais destes espectáculos de cidadania que só o PPD/PSD sabe organizar.

Programa-piloto inédito abrange 700 viaturas

TÁXI SEGURO

Até Junho deste ano estarão a circular 700 viaturas de transporte colectivo de nove concelhos da Grande Lisboa protegidas pelo sistema Táxi Seguro.

MARY RODRIGUES

O GOVERNO socialista vai legislar sobre a videovigilância nos táxis, mas só depois de assegurar que esta não viola o direito à privacidade dos utilizadores das viaturas. O anúncio foi feito pelo ministro da Administração Interna, António Costa, ao falar durante a apresentação do projecto Táxi Seguro, um inovador sistema que permitirá a ligação directa à polícia em 700 táxis de concelhos

da Grande Lisboa de forma a dissuadir e combater as ameaças à segurança dos condutores.

De acordo com António Costa, o Executivo iniciou já uma consulta à Comissão de Protecção de Dados e às organizações do sector sobre a legalidade da introdução do sistema de videovigilância nos táxis, procurando desta forma assegurar o direito de privacidade dos utentes deste serviço de transporte.

“Há que legislar, mas com prudência, para não violar os direitos dos utilizadores dos táxis”, vincou António Costa, adiantando ainda que o Ministério da Administração Interna (MAI) prepara-se também para legislar sobre os separadores das viaturas que, sendo permitidos em Portugal há oito anos, não têm sido utilizados.

O governante deu ainda

garantias de que estes sistemas de segurança nos táxis – o Táxi Seguro, a videovigilância e os separadores – não serão impostos aos taxistas, mas sim disponibilizados.

No primeiro caso, trata-se de uma combinação tecnológica inédita, desenvolvida conjuntamente pelo MAI e a Fundação Vodafone Portugal, António Carrapatoso.

Em termos tecnológicos, a inovação deste sistema passa pela congregação de diversas tecnologias de informação e comunicação: o GPS, o GSM (tecnologia usada nos telemóveis), o serviço de mensagens (SMS), a Internet e mapas digitais.

De destacar a importância da introdução no sistema do SMS para aumentar as garantias de eficiência do dispositivo, já que funciona mesmo em zonas de pouca rede, como, é o caso, entre outros, dos túneis.

O Táxi Seguro permitirá à PSP determinar, a partir do momento

Costa, numa cerimónia em que também participaram o secretário de Estado adjunto da Administração Interna, José Magalhães, e o presidente da Fundação Vodafone Portugal, António Carrapatoso.

Em termos tecnológicos, a inovação deste sistema passa pela congregação de diversas tecnologias de informação e comunicação: o GPS, o GSM (tecnologia usada nos telemóveis), o serviço de mensagens (SMS), a Internet e mapas digitais.

De destacar a importância da introdução no sistema do SMS para aumentar as garantias de eficiência do dispositivo, já que funciona mesmo em zonas de pouca rede, como, é o caso, entre outros, dos túneis.

O Táxi Seguro permitirá à PSP determinar, a partir do momento

em que o condutor dá o alerta, a localização do veículo em tempo real parado ou em movimentado, acedendo de imediato ao som ambiente no interior do veículo, possibilitando-se assim a determinação com maior precisão do grau de perigosidade da situação, bem como uma melhor adequação dos meios a utilizar e das acções a desencadear.

Este sistema de segurança está desenhado para utilizar tecnologias *standard* disponíveis no mercado de modo a que os custos de adesão sejam sempre muito acessíveis, estando ainda prevista a implementação de um sistema de micro crédito especial para tornar mais fácil o pagamento do custo do equipamento Táxi Seguro que, com instalação incluída, ficará em menos de 300 euros para o utilizador.

PERGUNTAS FREQUENTES

Quem pode aderir ao Táxi Seguro?

Numa fase inicial, os táxis participantes são indicados pela Câmara Municipal onde estão licenciados. Posteriormente, poderão ser integrados quaisquer táxis, desde que os equipamentos de localização neles instalados obedeçam às especificações técnicas definidas e se verifique a livre adesão dos interessados.

Os veículos aderentes ao sistema terão algum tipo de identificação exterior ou interior?

Sim. Os veículos equipados com o sistema Táxi Seguro circularão com um dístico colado no vidro da porta traseira do lado direito.

Que as regiões do país serão abrangidas?

Numa primeira fase, 700 táxis de nove concelhos – Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira – serão equipados com o inovador sistema de segurança. No entanto, a área de detecção de alarmes não fica limitada a estes concelhos, uma vez que a tecnologia empregue funciona em todo o território nacional.

É possível localizar o veículo por iniciativa da polícia ou outra entidade?

Não. A localização apenas se inicia

quando o condutor activa o alarme, momento a partir do qual a PSP passa também a ter acesso ao som do seu interior.

A PSP poderá entrar em contacto com o veículo após este ter dado o alarme?

A comunicação entre o veículo e a PSP é de sentido único, possibilitando-se, desta forma, que apenas os agentes de segurança pública possam ouvir o que se passa no interior da viatura, sem registar qualquer indicação sonora no habitáculo da mesma.

O sistema Táxi Seguro permite assinalar outras ocorrências?

Não. Este sistema foi desenhado apenas para localizar veículos em perigo a partir de alertas activados pelo respectivo condutor que não visa a gestão de frotas.



3 FASES

INICIAL (em curso)

Apenas 20 táxis (10 de Sintra e outros tantos da Amadora) terão implementado o sistema, ainda sujeito a acertos

INTERMÉDIA

Abrangem-se os restantes 680 veículos escolhidos. Até Junho deste ano os 700 táxis seleccionados estarão equipados e o sistema a funcionar em pleno

FINAL

Abranger todos os táxis que desejarem aderir ao projecto



Centrar a cooperação portuguesa no desenvolvimento

A BOA governação, a luta contra a pobreza, a educação, a saúde e a promoção do crescimento económico são temas que se contam entre as prioridades da política de cooperação portuguesa, que está centrada no desenvolvimento, afirmou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Em conferência de Imprensa no dia 15, após a apresentação pública da Estratégia para a Política de Cooperação Portuguesa, João Gomes Cravinho disse que o orçamento destinado à cooperação terá de duplicar até 2010 para atingir os 0,51 por cento do Produto Interno Bruto de ajuda ao desenvolvimento, definidos pela União Europeia.

O secretário de Estado considerou, no entanto, que a meta, definida pela União Europeia (UE), é “ambiciosa”, tendo em conta os constrangimentos económicos e financeiros com que Portugal se debate.

De salientar que a Estratégia para a Política de Cooperação Portuguesa agora apresentada vem preencher uma lacuna, porque até agora não existia uma política de cooperação portuguesa, havendo apenas projectos que vinham aparecendo sem nexos, de forma casuística.

O secretário de Estado adiantou que a verba da cooperação para este ano é de cerca de 300 milhões de euros, mas ressaltou que o montante total é difícil de precisar dado que “há dispersão das fontes de financiamento”.

A nova política para a cooperação prevê uma aproximação ao consenso mundial de que a ajuda



deve ter como princípio orientador os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, nomeadamente a redução da pobreza para metade até 2015 e uma forte aposta na saúde e educação, disse.

Outro objectivo é a “promoção do crescimento económico, que leve ao desenvolvimento do sector privado e à criação de emprego”, acrescentou, defendendo que “a ajuda pública ao desenvolvimento deve criar condições para que a economia de mercado floresça”.

A nova estratégia prevê uma

maior coordenação entre ministérios e com outras instituições e grupos da sociedade civil para “evitar a dispersão” e promover a “eficácia” da ajuda, além de preencher uma lacuna ao nível da avaliação, que “permitirá tirar conclusões para projectos futuros”.

Para esta coordenação, referiu o secretário de Estado, “será reactivada a comissão interministerial, haverá conselhos de ministros dedicados à cooperação e será criado um Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, um espaço de diálogo com todos os actores que se

dedicam à cooperação”.

A promoção das parcerias público-privadas, acrescentou Cravinho, será coordenada pela Sociedade Financeira de Desenvolvimento (SOFID), que deverá estar criada “até ao final do segundo trimestre” deste ano, com uma posição maioritária do Estado, mas com forte presença dos privados.

Um documento ambicioso

No início da cerimónia de

apresentação da estratégia, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, afirmou tratar-se de “um documento fundamental” para a “execução da política externa portuguesa”, aprovado em Conselho de Ministros.

Sublinhando não pretender “cometer a injustiça de dizer que não se fez cooperação até hoje, Freitas do Amaral afirmou que Portugal “foi fazendo o que podia, o que não quer dizer da melhor maneira”.

“Não havia coordenação entre todos os ministérios. Não havia um documento que definisse as linhas de orientação de uma estratégia para a cooperação”, disse, considerando que se trata de um “trabalho ambicioso”.

PRIORIDADES DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

- BOA governação**
- DEMOCRACIA** para a promoção do desenvolvimento
- LUTA** contra a pobreza
- EDUCAÇÃO**
- SAÚDE**
- DESENVOLVIMENTO** rural
- PROTECÇÃO** do ambiente
- GESTÃO** sustentável dos recursos naturais
- PROMOÇÃO** do crescimento económico
- CRIAÇÃO** de emprego

Novo centro de acolhimento abre em breve

IMIGRANTES ILEGAIS

O GOVERNO vai abrir em Lisboa um centro de instalação de imigrantes sujeitos a ordem de repatriamento e apátridas similar ao que foi inaugurado no dia 13 no Porto, anunciou o ministro da Administração Interna.

António Costa referiu que o Centro Instalação Temporária (CIT) de Lisboa ficará, tal como o do Porto, em instalações cedidas pelo Ministério da Justiça.

O centro do Porto pode alojar até 36 pessoas de ambos os sexos, famílias e crianças. Uma técnica de serviço social acompanhará as situações de maior vulnerabilidade, com especial atenção aos menores, ajudando a proporcionar o necessário apoio psicossocial e educativo.

António Costa disse que a estrutura tem condições “modelares, a nível europeu”.

“Tem uma certificação da OIM (Organização Internacional das Migrações),



para se obterem os mais elevados padrões de respeito pelos direitos e dignidade humana”, frisou.

O novo centro que substitui um anterior, sem condições de funcionamento, instalado num barracão no Aeroporto Francisco Sá

Carneiro funciona no antigo Centro Educativo de Santo António, do Instituto de Reinserção Social.

A equiparação destas instalações a centro de instalação temporária havia já sido aprovada pelo Conselho de Ministros a 19 de Janeiro, na sequência do encerramento do espaço no aeroporto do Porto.

De acordo com o decreto-lei então aprovado, a gestão daquelas instalações cabe ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), sendo assegurada também a participação de organizações internacionais e de associações não-governamentais na sua certificação e no acompanhamento de aspectos específicos do respectivo funcionamento.

A decisão de instalar naquela unidade um CIT foi tomada no início de Dezembro, na sequência da desactivação das instalações do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, onde estiveram retidos em condições consideradas desumanas 10 imigrantes ilegais.

Socialistas exigem eleições antecipadas caso Isaltino seja condenado

OEIRAS

A COMISSÃO Política do Partido Socialista de Oeiras garantiu que os seus eleitos renunciarão aos cargos políticos que ocupam na autarquia, reivindicando eleições antecipadas, caso o presidente da Câmara Municipal, venha a ser condenado pelos crimes de que é acusado pelo Ministério Público.

Para Marcos Sá, líder da bancada socialista na Assembleia Municipal esta seria sempre a posição correcta que um partido responsável como o PS teria que tomar, face ao que considera serem as meias-medidas representadas pela moção apoiada pelo BE e pela CDU ou por deputados do PSD, que exigem a suspensão do mandato de Isaltino Morais.

Para o Partido Socialista, a solução apresentada pelas restantes forças políticas em nada iria ajudar a resolver a actual situação na autarquia, uma vez que, afastando-se Isaltino Morais, e caso ele venha a ser condenado, a liderança do município passaria de imediato para a responsabilidade do número dois da coligação de independentes que apoiou o actual presidente da Câmara Municipal.

Este cenário não só não é sustentável, na perspectiva dos socialistas, como estaria a inverter a verdade democrática.

Por isso, o PS reafirma que a diferença que vai entre a simples exigência de suspensão do mandato e a defesa da realização de eleições antecipadas, caso se provem as acusações, representa "uma visão radicalmente diferente na forma de encarar o futuro de Oeiras".

A este propósito, Marcos Sá lembra que o PS ainda tentou recolher o apoio do PSD, "algo que até nos parecia lógico, se atendermos ao facto de Marques Mendes

estar permanentemente a reclamar do PS e do seu Governo, clareza de atitudes", mas infelizmente, lamenta-se o responsável socialista, "não conseguimos obter até ao fim da reunião da Assembleia Municipal qualquer opinião ou adesão à nossa proposta da parte deles".

Partido Socialista e o PSD têm a maioria necessária para exigirem eleições antecipadas, caso Isaltino Morais venha a ser acusado pelo tribunal, e consequentemente a perder o mandato.

Recorde-se que o actual presidente da Câmara Municipal de Oeiras foi acusado pelo Ministério Público de corrupção, branqueamento de capitais, abuso de poder e fraude fiscal.

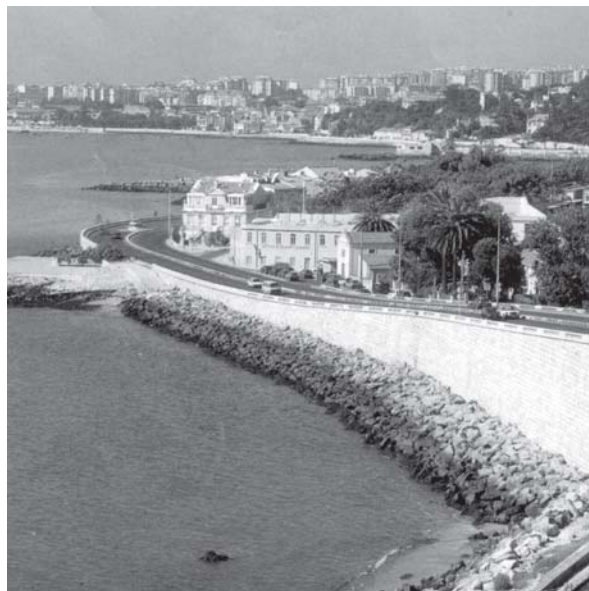
Assembleia Municipal chumba afastamento

Entretanto, as moções da CDU e do BE foram rejeitadas, enquanto a proposta do deputado laranja António Coelho não chegou a ser votada, porque se tratava de uma declaração política (não sujeita a votação).

Perante este quadro, e com o resultado desta votação, o PS reafirmou que a solução não passa pela simples suspensão do mandato, mas antes exigir, "em caso de culpas transitadas em julgado", que o caminho seja a realização de eleições autárquicas antecipadas.

Por outro lado, os socialistas lembram que, para além deste assunto, um outro se mantém na ordem do dia. Trata-se de um pedido já entregue nos serviços do município, onde o PS exige a realização, tão rápida quanto possível, de uma auditoria às contas da Câmara Municipal e das empresas municipais nos últimos 12 anos.

R.S.A.



PS/Algarve satisfeito por hospital central ser prioridade do Governo

A PRIORIDADE dada pelo Governo à construção do Hospital Central do Algarve, localizado no Parque das Cidades, entre os concelhos de Faro e Loulé, foi saudada pelo presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas. "Reafirmamos a nossa profunda satisfação pelo reconhecimento técnico da validade dos compromissos do primeiro-ministro e do Partido Socialista", disse.

Miguel Freitas afirmou ainda que "agora que está confirmada a prioridade do Hospital Central do Algarve é importante que o Governo defina um calendário para avançar com a obra", permitindo o início da construção da estrutura hospitalar ainda nesta legislatura.

O Governo, através do Ministério da Saúde, tinha encomendado no início da legislatura um estudo a uma equipa de especialistas da Escola de Gestão do Porto, liderada pelo economista Daniel Bessa, para avaliar as prioridades de construção de futuros hospitais, de acordo com alguns critérios, nomeadamente necessidades da população e acessibilidades.

O estudo foi divulgado no "site" da Internet do Ministério da Saúde (www.portaldasaude.pt), onde se



pode ler que o Hospital Central do Algarve ficou em segundo lugar na lista de prioridades com 62,22 no «ranking», antecedido apenas pelo Hospital de Todos os Santos, na zona oriental de Lisboa, com 69,58.

Críticas ao PROTAL

Entretanto, o PS/Algarve criticou o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL) por apresentar um "enorme vazio de ideias" para o interior e zonas periféricas e não corrigir as assimetrias regionais.

Em comunicado, a Comissão

Política da Federação socialista refere que o modelo territorial expresso no PROTAL "acentua o efeito de sucção de investimentos por parte do litoral" e que o documento não prevê projectos estruturantes para o interior.

Por outro lado, sublinham ainda os socialistas algarvios, "não há uma antevisão relativamente à articulação do PROTAL com outros planos especiais de ordenamento, nomeadamente no que respeita a áreas protegidas (Rede Natura 2000) e aos regimes da Rede Ecológica Nacional (REN) e Rede Agrícola Nacional (RAN).

Concelhia de Lisboa defende reforma das autarquias em diálogo com os eleitos locais

O LÍDER da Concelhia do PS/Lisboa, Miguel Coelho, manifestou-se a favor da intenção do Governo de avançar com nova legislação relativa às autarquias e defendeu que a reforma seja elaborada "em diálogo" com os eleitos locais.

"A reforma administrativa tem sido um tema recorrente em sucessivos mandatos municipais e governos. Temos agora um Governo disposto a avançar com esta medida, é uma oportunidade de ouro para que seja feita", afirmou o deputado Miguel Coelho, no final de uma reunião com os 12 presidentes socialistas de juntas de freguesia de Lisboa.

Recorde-se que o Governo anunciou estar a preparar nova legislação para a criação, extinção e fusão de autarquias, que deverá ser apresentada para audição às associações nacionais de municípios e freguesias até Abril.

Lisboa tem 53 freguesias, existindo grandes discrepâncias a nível do número de eleitores. Assim, por exemplo, enquanto a freguesia de Santa Maria dos Olivais tem quase 44.500 eleitores, a dos Mártires tem apenas 382 recenseados.

Em comunicado no dia 13, subscrito também pelos presidentes das juntas do Beato, Charneca, Encarnação, Marvila, Mercês,



juntas de freguesia", e afirma que "se em alguns casos se justifica a fusão de juntas, noutros casos poderá justificar-se a criação de novas juntas de freguesia".

No comunicado, o líder da Concelhia do PS adianta que a comissão da Assembleia Municipal de Lisboa para a Reforma Administrativa da Cidade, presidida pela socialista Irene Lopes, solicitou uma reunião ao secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, um encontro que "deverá constituir o início de um processo de diálogo que se pretende esclarecedor e exemplar".

Miguel Coelho defende ainda que o processo poderá motivar "um reforço de meios nas autarquias", lembrando que as juntas de freguesia têm visto as suas responsabilidades "cada vez mais acrescidas" em áreas como a intervenção social, a prevenção da toxicod dependência, a manutenção de equipamentos públicos e a recuperação de edifícios degradados.

O novo regime jurídico está a ser preparado no gabinete do secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, com o apoio técnico da Direcção-Geral da Administração Local, e terá depois de ser aprovado pela Assembleia da República.

Santa Catarina, Santa Justa, Santa Maria dos Olivais, São Cristóvão e São Lourenço, São Paulo e São Miguel, o líder da Concelhia do PS salienta que a reforma "será implementada em diálogo com os autarcas eleitos".

"Não nos passa pela cabeça que o Governo faça isto a régua e esquadro, sem ter em conta as continuidades e descontinuidades do território", adiantou.

Miguel Coelho sustenta que a reforma administrativa "não poderá ser entendida como uma mera operação redutora de diminuição de

Assis acusa Executivo do Porto de negligência e irresponsabilidade

BAIRRO DO LEAL À BEIRA DO COLAPSO

O EXECUTIVO da Câmara do Porto agiu com “negligência, incompetência e irresponsabilidade” no processo de demolição em curso no bairro do Leal. A denúncia foi feita pelo vereador socialista Francisco Assis, ao visitar o local na companhia de um perito em engenharia civil, que considerou que a forma como estão a decorrer os trabalhos põe em risco de colapso algumas habitações pertencentes a privados.

Raimundo Delgado, professor catedrático e presidente do Instituto de Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), afirmou que estão a ser infringidas as regras de construção, uma vez que não foi feito o escoramento das habitações vizinhas, ficando algumas delas desamparadas e outras com “maior probabilidade de ruína”.

Face ao relato do perito, Francisco Assis solicitou à autarquia portuguesa que, “de imediato, venha resolver as questões de insegurança e assuma a responsabilidade relativamente às pessoas que ainda vivem no Leal”.

“É incompreensível e inaceitável que a Câmara incorra numa situação grave como esta”, criticou Assis, para quem o bairro do Leal é agora “um terramoto induzido pela autarquia”.

Recorde-se que já no princípio de



Fevereiro os vereadores socialistas tinham exigido explicações sobre o processo de demolições no Bairro do Leal, por não se ter dado a conhecer atempadamente o que é que a Câmara vai fazer na zona em questão, nem qual é o futuro dos seus moradores.

O bairro operário do Leal – onde chegaram a viver 200 famílias – é constituído por pequenas habitações unifamiliares muito antigas, pelo que a demolição das que pertencem à

autarquia deixa as casas contíguas, propriedades privadas, isoladas e desamparadas.

Até agora, a edilidade do Porto optou por colocar as pessoas desalojadas em diversos bairros espalhados pela Invicta, provocando veementes protestos dos moradores, cujas famílias estão radicadas há mais de um século neste bairro, situado no centro da cidade, a poucas centenas de metros do edifício dos Paços do Concelho. M.R.

Acção social e luso-descendentes são prioridades para o PS no Rio de Janeiro

APOIAR o trabalho desenvolvido pela Secção do PS no Rio de Janeiro, que tem como prioridades a acção social e os luso-descendentes, reunir com militantes e discutir os problemas da comunidade com as autoridades consulares e outros representantes, foram os principais objectivos de uma visita de três dias ao Brasil do director do Departamento de Comunidades do PS, Paulo Pisco.

“A Secção do Rio de Janeiro, de que é coordenador António Marques, está a demonstrar um pragmatismo impressionante”, afirmou o camarada Paulo Pisco. A Secção aprovou recentemente um plano estratégico virado para a mobilização da comunidade e para a realização de iniciativas de natureza social que apoiem os portugueses a viver no Rio, particularmente os mais carenciados.

Além disso, tem também como um dos seus objectivos prioritários cativar os luso-descendentes para que eles possam contribuir com o seu exemplo para a renovação do partido e das formas de abordar os problemas relacionados com as nossas comunidades.



De referir que a Secção tem um serviço de informação destinado a ajudar os portugueses sobre questões relacionadas com direitos, programas de apoio e outras questões de natureza administrativa, que recebe várias dezenas de chamadas por semana.

Na Casa das Beiras realizou-se um encontro com militantes e simpatizantes do PS no Rio de Janeiro.

Para Paulo Pisco, igualmente proveitosa foi a reunião com o consulgeral do Rio de Janeiro, António Lima, onde estiveram também presentes António Marques e Luís Bombinha, membro da Secção. Neste encontro foram abordadas formas de aproveitar as imensas potencialidades da comunidade para a fortalecer e mobilizar para causas de natureza social e cultural.

Deputados do PS defendem manutenção de maternidade

HOSPITAL DA GUARDA

OS DEPUTADOS socialistas Pina Moura e Fernando Cabral defenderam a continuidade da maternidade do Hospital Distrital da Guarda no âmbito do reordenamento da rede daqueles serviços nos hospitais da Beira Interior.

Falando aos jornalistas no final de uma reunião com a coordenadora da Sub-Região de Saúde da Guarda e a Administração do Hospital, Pina Moura afirmou que no eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco, a maternidade da Guarda é a que “reúne melhores condições para continuar a funcionar”.

Referiu ainda que no caso da Guarda ocorrem anualmente 800 partos, enquanto no Centro Hospitalar da Cova da Beira (Covilhã) realizam-se 500 partos e no Hospital Amato Lusitano, de Castelo Branco, registam-se 400 partos.

“Não encontramos solução que não passe pela manutenção da maternidade da Guarda. Há todas as razões técnicas que justificam que, num eventual reordenamento dos hospitais, a maternidade fique na Guarda, independentemente de continuar com as dimensões que tem”, disse.

E considerou que “não há nenhuma razão técnica nem de eficiência de recursos que justifique que a maternidade da Guarda seja encerrada”.

Pina Moura admitiu, no entanto,



que “haja um reordenamento de equipamentos, de instalações, de rede”, mas sublinhou que “a análise dos critérios técnicos não dá nenhum argumento para a não manutenção, mas dá todos os argumentos para defender a sua continuação na Guarda”.

Lembrou que o Hospital da Guarda “garante em regime de permanência, 24 horas por dia, os recursos humanos especializados necessários a que essa cobertura seja feita de uma forma absoluta”.

O deputado socialista sustentou que “numa rede de maternidades da Beira Interior, tudo faz sentido desde que a maternidade principal, com o volume de partos que são feitos, com os equipamentos e com os recursos humanos que existem, fique situada na Guarda”.

Vereador socialista questiona câmara sobre atraso do Inglês no ensino básico

COVILHÃ

AS AULAS de Inglês no ensino básico do concelho da Covilhã só começaram no segundo período lectivo e ainda há estabelecimentos onde não funcionam, denunciou o vereador do PS na Câmara local, Armando Serra dos Reis.

O autarca socialista anunciou já ter pedido por escrito explicações ao Executivo do PSD para o atraso na aplicação do programa de ensino do Inglês nos 3º e 4º anos do ensino básico.

Segundo dados apresentados pelo vereador, no âmbito do programa que o Ministério da Educação este ano iniciou em parceria com as câmaras, “a Covilhã foi o único município do distrito em que os 822 alunos do 3º e 4º anos do ensino básico estiveram até Janeiro sem aulas de Inglês”.

Armando Serra dos Reis referiu ainda que, das 42 escolas do concelho, “ainda há poucos dias havia entre quatro a oito que não tinham aquelas aulas”.

Nos restantes dez concelhos do distrito de Castelo Branco, “mais de 90 por cento dos 2719 alunos abrangidos pela medida, já tinha aulas de Inglês em Outubro”.

No requerimento entregue na câmara, o vereador socialista exige explicações sobre o atraso na aplicação do programa de ensino do Inglês, até porque, sublinha, “é um programa que tem o apoio do Estado”.

O socialista recorda que o Estado subsidia o programa com 100 euros por aluno e que “até já pagou as despesas relativas ao primeiro período, mas durante o qual não houve aulas na Covilhã”.

Armando Serra dos Reis acusa a maioria PSD na autarquia de “inoperância” em relação ao assunto.

“A base para o sucesso do programa de ensino do Inglês está nas parcerias com escolas, professores e outras instituições. Mas nesta como noutras matérias, a maioria PSD já mostrou que não sabe trabalhar em equipa”, acrescentou.

Análise SWOT do Partido Socialista

PENSO que concordará comigo quando digo que todos os partidos revelam uma tendência para se fecharem sobre si próprios e, dessa forma, discutirem assuntos que nem ao país nem às pessoas, mas apenas aos próprios, dizem respeito.

A análise SWOT (SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats, em português: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) é uma forma muito difundida de fazer um diagnóstico estratégico. De avaliar os recursos internos e a envolvente externa.

É possível utilizar esta “ferramenta” para fazer uma análise do Partido Socialista. É isto que proponho neste artigo. Identificando os elementos-chave que permitem estabelecer prioridades.

Pontos fortes

- 31 anos de História
- Valores dos seus fundadores
- Elevado número de militantes
- Vasta experiência governativa
- Forte implantação territorial
- Ser detentor de meios que permitem rapidamente comunicar com todos os militantes

Pontos fracos

- Os homens entre os 40 e os 50 anos representam parte significativa da estrutura do partido
- Mulheres socialistas militantes são apenas 27 por cento (sendo mais jovens e mais instruídas do que os homens filiados no partido).
- Pouca participação e filiação de jovens
- Pouca rotatividade dos quadros dirigentes
- Fraco poder de atracção na sociedade civil
- Concentração da actividade partidária muito centrada em períodos eleitorais
- Poderes demasiado concentrados nos líderes e nos secretariados

Oportunidades

- Um período de três anos sem eleições
- A eleição para secretário-geral e para presidente das federações ser feita directamente pelos militantes
- A actual tendência (como se viu recentemente em eleições) para premiar a competência técnica na escolha dos líderes.
- Diminuição dos custos de contacto com os militantes.
- Os votantes querem sentirem-se directamente envolvidos num projecto
- Os militantes querem discutir e participar

Ameaças

- Queda acentuada da participação dos militantes em actividades partidárias
- A multiplicação de organizações da sociedade civil
- Novas formas de comunicação
- A política é cada vez menos um assunto que interesse aos cidadãos
- Aumento da abstenção

Através de uma estratégia que contemple, ao mesmo tempo, as oportunidades e o que deve ser feito para aproveitá-las, será possível minimizar as fraquezas do Partido Socialista e maximizar os seus pontos fortes. Transformar ameaças (reais ou aparentes) em oportunidades. É isto que proponho que comece a ser feito.

“Temos de fazer a mudança que queremos ver no futuro.” - Mahatma Gandhi

OPINIAO



CELSE GUEDES DE CARVALHO
celso.carvalho@evoluir.com

Todos os partidos revelam uma tendência para se fecharem sobre si próprios e, dessa forma, discutirem assuntos que nem ao país nem às pessoas, mas apenas aos próprios, dizem respeito

Reforçar o papel do associativismo juvenil e estudantil na sociedade

O “OBJECTIVO final” da proposta de lei do Governo sobre associativismo juvenil e estudantil é “criar um regime claro e moderno” que “reforce o papel destas associações na sociedade portuguesa” e assim “fomente a participação cívica e social dos jovens”, afirmou a deputada do PS Luísa Salgueiro.

Intervindo no Parlamento durante o debate sobre associativismo juvenil e estudantil, Luísa Salgueiro sublinhou que a construção de uma cidadania activa passa, entre outros factores, “pela capacidade dos jovens de participarem, em diferentes patamares, no desenvolvimento e consolidação de projectos e ideias”.

E acrescentou que ao conceito de associativismo está ligada a ideia de “participação na ‘res publica’”, de vivência de novas experiências e enriquecimento do conhecimento, pelo que as associações se apresentam, cada vez mais, como um espaço de cidadania, de acção cultural e até política”.

Salientando que com a apresentação desta proposta de lei o Governo do PS cumpre o seu compromisso programático de “estimular e incentivar os associativismos juvenil e estudantil” dado o “papel fundamental” que assumem “na pro-



moção da educação não formal dos jovens”, a deputada socialista considerou positivo reunir num só diploma “os princípios gerais que regem as associações juvenis, estudantis e grupos informais de jovens, assim como as regras de apoio às actividades que desenvolvem”.

Entre os aspectos positivos da proposta do Governo, Luísa Salgueiro destacou, entre outros, a introdução do critério de “equilíbrio

entre jovens de ambos os sexos”, na apreciação das candidaturas aos programas de apoio, e a “prevista recuperação dos direitos políticos das associações de estudantes”, nomeadamente no que concerne aos direitos de participação na vida escolar, na definição da política educativa, na elaboração da legislação do ensino superior e na participação na vida académica.

J. C. C. B.

Elevar a autonomia a um novo patamar

AÇORES

ELEVAR a autonomia a um “novo patamar” é a meta traçada pelos socialistas açorianos, que se afirmam empenhados em concluir com sucesso uma “revisão profunda” do Estatuto Político-Administrativo até Setembro deste ano.

O processo de reforma do Estatuto Político-Administrativo, aberto com a revisão constitucional de 2004, esteve em análise na reunião da Comissão Permanente do PS/Açores, que se reuniu em Ponta Delgada, pela primeira vez, após o seu último Congresso Regional.

Segundo o camarada Francisco Coelho, a revisão em causa deve

potenciar todas as virtualidades e o aumento das competências legislativas da região consagradas na revisão de 2004 da Constituição Portuguesa.

Segundo Coelho, a Carta de Princípios do PS/Açores sobre esta matéria – já entregue na respectiva comissão parlamentar eventual – aponta para uma “reforma sistemática e de definição de competências da região perante a República e a União Europeia”.

Caso isso se concretize, os Açores podem dispor de um “Estatuto ambicioso” exactamente no ano em que a autonomia completa os seus 30 anos.

Lembrando que uma das grandes alterações resultantes da revisão

constitucional foi o “aumento da competência legislativa da região” cuja definição – friso – deve estar agora, prevista no próprio Estatuto, Francisco Coelho defendeu que “mais do que um carta organizativa das competências dos diversos órgãos de governo próprio “deve existir também uma carta de princípios e de direitos da própria região”.

Francisco Coelho manifestou igualmente a disponibilidade do PS/A para trabalhar com os restantes partidos no sentido de se alcançar o máximo consenso possível nesta matéria de vital importância para o desenvolvimento e bem-estar das populações açorianas.

M.R.

Artistas terão percentagem da revenda das suas obras

A ASSEMBLEIA da República aprovou, no passado dia 16, uma proposta do Governo socialista que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva europeia que dá aos artistas uma percentagem sobre o preço de revenda das suas obras a profissionais do mercado de arte.

Segundo o diploma aprovado com os votos favoráveis da

bancada do PS, “o autor de uma obra de arte original, que não seja de arquitectura nem de arte aplicada, tem direito a uma participação sobre o preço obtido, livre de impostos, pela venda dessa obra, realizada mediante a intervenção de qualquer agente profissional e estável no mercado de arte, após a sua alienação inicial por aquele”.

Ficam excluídas as vendas de obras a museus sem fins lucrativos e abertos ao público ou por um preço inferior a três mil euros, valor acima do qual o autor passa a ter direito a uma percentagem, que vai diminuindo – é de quatro por cento quando o montante é inferior a 50 mil euros, por exemplo, e de 0,25 por cento quando o montante ultrapassa os 500 mil euros.

Sócrates considera investimento da Portucel sinal de confiança

NOVA FÁBRICA DE PAPEL EM SETÚBAL

O funcionamento desta unidade vai criar 355 postos de trabalho permanentes. Na fase de construção da fábrica serão criados 1200 empregos.

“MAIS um sinal de confiança na economia portuguesa”. Foi assim que o primeiro-ministro, José Sócrates, classificou o investimento de 900 milhões de euros na nova fábrica de papel da Portucel, em Setúbal, e na modernização das outras unidades do grupo em Cacia e Figueira da Foz.

“Ninguém investe cerca de 500 milhões de euros numa nova fábrica de papel se não tiver confiança na economia e no país”, disse José Sócrates, no dia 23, na cerimónia de assinatura do acordo de investimento celebrado entre o Estado português e a Portucel, que decorreu na actual fábrica de Setúbal.

O primeiro-ministro considerou ainda tratar-se de um “investimento emblemático”, que vai permitir a afirmação do grupo Portucel na economia global e contribuir para aumentar as exportações portuguesas em cerca de 500 milhões de euros a partir de 2008.

Por sua vez, o ministro da Economia, Manuel Pinho, destacou o facto de se tratar de um “investimento importante para consolidar o



‘cluster florestal’, onde já somos importantes a nível a nível europeu”.

Manuel Pinho realçou que se trata de um dos maiores projectos industriais jamais realizados em Portugal, acrescentando que o país está a viver uma “onda de investimento e modernização que é importante para habilitar a economia portuguesa a enfrentar melhor os desafios da globalização”.

Segundo sublinhou ainda o ministro, há quatro sectores que estão a emergir nesta fase de modernização da economia portu-

guesa florestal, petroquímica, turismo e automóvel, todos virados para as exportações.

O investimento da Portucel, de 490 milhões de euros, numa nova fábrica de papel prevê a aquisição de uma nova máquina, a maior e mais rápida a nível mundial, com uma capacidade de produção de 500 mil toneladas/ano, e a criação de 355 postos de trabalho altamente qualificados e mobilização de 1200 trabalhadores no pico da construção da fábrica.

J. C. C. B.

Governo quer criar comissão para controlar escutas telefónicas

JUSTIÇA

O MINISTRO da Justiça afirmou ser intenção do Governo criar uma comissão especializada no âmbito do Conselho Superior da Magistratura (CSM) para acompanhar o modo como são feitas as escutas telefónicas, adiantando que o referido Conselho será composto por membros eleitos pela Assembleia da República, elementos propostos pelo Presidente da República e juizes cooptados pelos seus pares.

Alberto Costa falava aos jornalistas no dia 15, no final de uma ronda de reuniões com todos os partidos com assento parlamentar para procurar consensos sobre a revisão do Código Processo Penal (CPP), designadamente em questões fulcrais como a prisão preventiva, escutas telefónicas e segredo de justiça.

Por outro lado, Alberto Costa pretende encurtar o prazo de prisão preventiva até à acusação e condena-



ção, mas disse querer impedir que pessoas condenadas em uma ou mais instâncias sejam libertadas por escapar o período de prisão preventiva.

O ministro da Justiça confirmou ainda que nas alterações previstas ao CPP está a possibilidade de indemnizar as pessoas que tenham

estado presas indevidamente. “É uma preocupação fundamental num Estado democrático”, frisou.

Alberto Costa anunciou ainda que haverá molduras penais diferentes consoante as entidades e as profissões envolvidas na violação de matérias em segredo de justiça.

Inaugurados Laboratórios de Defesa Biológica e da Bromatologia

A DETECÇÃO do vírus da gripe das aves conta agora com mais duas entidades, os Laboratórios de Defesa Biológica e de Bromatologia do Exército Português, inaugurados no passado dia 13, em Lisboa.

As duas novas unidades, nas quais foram investidos cerca de 500 mil euros, pretendem dar uma resposta ao fenómeno do terrorismo nas suas vertentes biológicas, mas, segundo o ministro da Saúde, elas também poderão desempenhar um importante papel na identificação do vírus da gripe aviária.

Por um lado, o Laboratório de Defesa Biológica irá estudar, identificar e neutralizar bactérias, estirpes modificadas e microorganismos que possam ser usados em ataques biológicos. Por seu turno, o Laboratório de Bromatologia (estudo dos alimentos) poderá despistar a contaminação de alimentos com agentes biológicos.

Em declarações à Comunicação

Social, após a cerimónia inaugural dos laboratórios, Correia Campos afirmou que apesar do facto da doença das aves estar mais próxima não ser uma boa notícia, “a palavra de ordem neste momento é «alerta» e não «alarme»”.

Acompanhado pelo titular da pasta da Defesa, Luís Amado, o ministro da Saúde frisou de seguida o carácter de suma importância com que se revestem, no contexto actual, as análises alimentares, uma vez que “milhões de pessoas têm de se alimentar diariamente”.

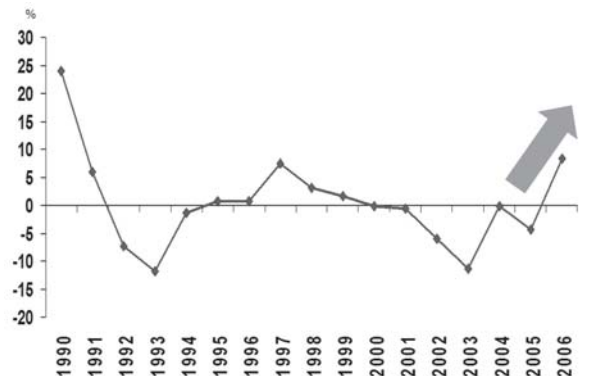
Remetendo uma resposta mais precisa para o Ministério da Agricultura, Correia de Campos adiantou ter conhecimento de que estarão a ser feitas “300 análises por dia a aves mortas em Portugal”, um número que classificou de “muito bom” para elevar os níveis de segurança alimentar.

M. R.



Inquérito ao Investimento Empresarial

Marina Dutra



A primeira estimativa de investimento para 2006 aponta para um crescimento de 8,3%, o que representa uma clara aceleração face a 2005

Fonte: INE

Nova direcção apresenta-se a 8 de Março

MULHERES SOCIALISTAS

O DEPARTAMENTO Nacional das Mulheres Socialistas, que inicia agora um novo mandato sob a presidência da camarada Maria Manuela Augusto, vai realizar no dia 8 de Março, na sede nacional do Largo do Rato, pelas 18 horas, uma sessão de apresentação das suas novas representantes, eleitas para os respectivos órgãos, seguida de uma palestra subordinada ao tema "As consequências políticas de ser mulher".

Nesta palestra intervirão o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, e a eurodeputada socialista e vice-presidente da Comissão Parlamentar dos Direitos da Mulher e da Igualdade do Género, Edite Estrela.

De assinalar que esta iniciativa decorre no Dia Internacional da Mulher.

J.C.C.B.



**HÁ MULHERES QUE EXIGEM MAIS
DO QUE ALGUNS MINUTOS DE ATENÇÃO**

O mundo mudou. Espaços que antes eram de domínio exclusivamente masculino, passaram a contar com a presença feminina.

Hoje, em Portugal, as mulheres são universitárias, médicas, advogadas, engenheiras e fazem parte da força de trabalho. Votam e, muitas delas, sustentam a própria família. Estão à frente de inúmeras pequenas e médias empresas do país. E respondem, enquanto consumidoras, pela grande maioria das decisões de compra.

Mas, apesar de todas estas conquistas, ainda não estão livres de serem discriminadas. No emprego, com salários menores e pouco acesso aos cargos de chefia; na família, com a dupla jornada de trabalho. E, muitas, ainda carregam o estigma de sofrerem caladas todo o tipo de violência física ou psíquica.

O mundo mudou. E as políticas de Igualdade entre mulheres e homens precisam estar entre as prioridades da agenda política de todos os governos. Para que esses poucos minutos de atenção se transformem em 24 horas diárias de liberdade, respeito e conciliação.

Mulheres
SOCIALISTAS

Dia 8 de Março
Dia Internacional da Mulher

Um novo impulso à prática desportiva

CONGRESSO DO DESPORTO

A nova Lei de Bases do Sistema Desportivo será apresentada em Março, na Assembleia da República.

J. C. CASTELO BRANCO



QUARENTA e dois milhões de euros das receitas líquidas dos jogos da sorte vão ser canalizados, já este ano, para o desporto português, anunciou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, na sessão de encerramento do Congresso do Desporto, no Estoril.

“A verba de 10,5 por cento das receitas líquidas dos Jogos da Santa Casa vai reverter para as práticas desportivas, o que corresponde no ano de 2006 a 42 milhões de euros, sendo que 1,4 por cento desse montante será dedicado ao desporto escolar, o que significa seis milhões de euros”, disse. Silva Pereira sublinhou que as verbas se destinam primordialmente ao financiamento dos “grandes objectivos” do Governo nesta área, nomeadamente o fomento da prática desportiva.

Contudo, o ministro da Presidência fez questão de realçar que dos 10,5 por cento previstos para a política

desportiva em geral, apenas 0,6 se destinam aos clubes de futebol, ou seja, pouco mais de 250 mil euros, acrescentando que essa verba regressa aos cofres do Estado por via das obrigações dos clubes no âmbito do pagamento das dívidas ao fisco.

Silva Pereira adiantou que o Governo decidiu ainda canalizar verbas do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013 para o financiamento de equipamentos e infra-estruturas na área desportiva.

“Vamos mobilizar fundos comunitários para um plano de reconversão e requalificação de algumas lacunas que temos na área das infra-estruturas desportivas”, disse.

O ministro da Presidência aproveitou a ocasião para anunciar que o Governo vai apresentar em Março, na Assembleia da República, a proposta da nova Lei de Bases do Sistema Desportivo.

O Governo pretende também promover o programa “Mais Desporto, Mais Saúde”, em parceria com as autarquias, reforçar a aposta no desporto escolar, e ainda lançar até ao final do ano um plano nacional de infra-estruturas desportivas visando elaborar uma “carta atualizada” sobre a oferta disponível.

Nos últimos dois meses, o Congresso do Desporto, que decorreu sob o lema “Um compromisso

nacional”, teve lugar em 29 cidades de 18 distritos do país com 49 debates em que participaram mais de quatro mil agentes desportivos.

Por sua vez, o secretário de Estado da Juventude e Desporto, Laurentino Dias, afirmou que o balanço deste Congresso do Desporto “só pode ser de grande satisfação, pelos muitos caminhos percorridos; de esperança, pelas novas orientações que aponta; e de responsabilidade, pelas mudanças que impõe”.

Salientando que “o novo rumo para a política desportiva em Portugal tem que ser um desenvolvimento aberto aos cidadãos, à economia e à sociedade”, Laurentino Dias afirmou que durante o Congresso foram escritas as linhas do “guião” que permitirá a todos os “intérpretes desempenhar o seu papel no novo Portugal desportivo”.

Com o Congresso do Desporto, frisou, “o Governo quis juntar à sua maioria absoluta a maioria absoluta do movimento desportivo em Portugal. E o movimento desportivo respondeu à chamada”.

Numa intervenção em que não escondeu a satisfação pelo êxito a todos os níveis que constituiu o Congresso, o secretário de Estado considerou que, “no âmbito do

UM COMPROMISSO NACIONAL

A SECRETARIA de Estado da Juventude e Desporto está empenhada em introduzir em Portugal um modelo de desenvolvimento desportivo aberto e sustentável, que aposte numa gestão participada e na qual a iniciativa das autarquias, do movimento associativo e das entidades públicas e privadas seja o motor da mudança, tendo em consideração a especificidade das diferentes regiões do país e as exigências actuais de competição num mundo definitivamente globalizado.

desporto em Portugal, desde que há liberdade e democracia, este foi o ponto mais alto de um compromisso partilhado entre o Estado (local, regional e central) e o movimento desportivo”.

E apontou como meta da política do Governo “tirar Portugal do desonroso último lugar entre os países da União Europeia em termos dos índices da prática desportiva”.

O Congresso do Desporto



FERNANDO CABRAL

NOS PASSADOS dias dia 17 e 18 de Fevereiro realizou-se, no Centro de Congressos do Estoril, a sessão de encerramento do Congresso do Desporto.

O Programa do XVII Governo Constitucional refere que o Governo se propunha “Realizar um Congresso do Desporto..., envolvendo todo o país e todos os agentes desportivos e promovendo um diálogo verdadeiro entre o Estado e o movimento associativo, responsabilizando todos pelo futuro do desporto português e sustentando as correcções e ajustamentos legislativos e regulamentares consequentes”.

Este é mais um dos compromissos que o PS anunciou aquando das eleições legislativas de 2005 e que o Governo assumiu e cumpriu.

Mas mesmo que esse compromisso não existisse, o “estado” de desenvolvimento do desporto em Portugal justificava um debate profundo.

No Desporto Rendimento também vulgarmente conhecido por de “Alta Competição” temos tido muitos, atendendo à nossa dimensão, casos de sucesso internacional de equipas, técnicos e atletas. São os apuramentos sucessivos das seleções nacionais de algumas modalidades para as fases finais dos Campeonatos da Europa ou do Mundo, são atletas que representam alguns dos melhores clubes do Mundo, são atletas com resultados de grande nível nas competições internacionais e são técnicos a dirigir equipas e atletas ganhadores.

Mas será o panorama tão bom como estes resultados parecem demonstrar? Pensamos que não.

E se pensamos assim, é porque apesar do enorme investimento público feito em três décadas de democracia, continuamos com uma percentagem da população muito diminuta de atletas federados. Porque grande parte dos atletas que integraram projectos olímpicos anteriores não chegaram sequer a participar nos Jogos, ou seja, o valor do financiamento concedido às federações desportivas não teve o devido retorno.

Porque pára uma suspeição de corrupção e de falta de ética desportiva sobre algumas das modalidades.

É pois necessário reduzir a ineficácia financeira, aumentar a eficiência técnico-desportiva e criar um sistema de justiça desportiva rápida e simultaneamente exemplar.

Eficácia financeira e desportiva que só pode melhorar com mais formação dos quadros técnicos e dos dirigentes desportivos.

Também no Desporto temos que apostar forte na qualificação dos recursos humanos. Há que incentivar a Investigação. Só haverá desenvolvimento que nos coloque na vanguarda se, também, o Desporto souber aproveitar os investimentos e incentivos à investigação. O Estado deve ser cada vez menos interventivo e mais regulador/fiscalizador.

O Estado, Administração Central, deve assumir o seu papel de estratega, regulador, promotor, estimulador, apoiante técnico e financeiro e avaliador da aplicação dos apoios.

Somos dos que defendemos que o movimento associativo deve ter mais recursos e competências, mas também somos dos que defendemos, que deve haver uma maior democraticidade, com a aproximação dos dirigentes às estruturas de base, o que deve ser plasmado num novo Regime Jurídico das Federações.

Um outro aspecto importante desta área é o facto de Portugal ter sido nos últimos anos um país organizador de grandes eventos desportivos. Penso que, caso a caso, em função dos impactos positivos que esses eventos sempre trazem e na dimensão que a situação do País o permita, devem continuar a ser acarinados e apoiados transversalmente por vários dos departamentos governamentais.

E como está Portugal no “Desporto Recreação”? A medida que aumenta a idade da população portuguesa, diminui o número de praticantes desportivos. A nossa taxa de hábitos de prática desportiva é baixíssima, a mais baixa da União Europeia.

O número de praticantes femininos é reduzido. Se o panorama geral é preocupante, no caso feminino ainda o é mais. Sendo o número de mulheres superior ao dos homens, a fraca taxa de praticantes femininos repercute-se ainda mais conforme aumenta idade.

A sociedade portuguesa quando ouve a palavra desporto, o que interioriza é Futebol, a maior parte das vezes futebol profissional.

O que é isso de desporto para todos???? O que ouvimos junto da grande maioria da população são

considerações sobre os mais variados benefícios do Desporto para os jovens. Estou de acordo que é muito importante a intervenção junto da juventude, como diz o nosso povo: “de pequenino é que se torce o pepino”, mas reduzir as preocupações desportivas fundamentalmente aos jovens, muitas vezes única e exclusivamente na perspectiva da formação de um atleta de “alta competição”, é muito pouco.

Embora ainda a necessitem de muita regulamentação, felizmente nos últimos anos apareceram fenómenos desportivos e actividades físicas novas. Falo do Desporto na Natureza e do surgimento de empreendedores que promoveram o aparecimento de infraestruturas, eventos e actividades, o que por si só, levou o desporto e a actividade física a muitos dos que estavam afastados deste mundo.

Mas não chega. Temos que olhar para todas as idades. O desporto e a actividade física, desde que devidamente orientadas, trazem benefícios para todos.

A solução para este problema tem que passar por um compromisso nacional e transversal a toda a sociedade portuguesa, com particular ênfase para os partidos políticos. A solução passa pela definição de uma estratégia a médio/longo prazo, e menos por programas avulso que aparecem e desaparecem sem darmos conta dos seus efeitos. Ou seja, e já que falamos de Desporto, é necessária “Mais Estratégia e Menos Tática”.

Ao longo dos últimos dois meses, mercê da realização do Congresso do Desporto, a Cerimónia de Abertura decorreu, recorde-se, no dia 12 de Dezembro de 2005, na Exponor em Matosinhos, os mais variados agentes desportivos discutiram, reflectiram e partilharam opiniões sobre estes e muitos outros aspectos do presente e do futuro do Desporto em Portugal.

Demonstrando que há um forte empenho para introduzir em Portugal um modelo de desenvolvimento desportivo aberto e sustentável, o Governo apostou e aposta na participação de todos para que a mudança se baseie na iniciativa dos cidadãos, das autarquias, do movimento associativo e das entidades públicas e privadas.

Foram cinco os temas propostos para debate pela Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto: “Políticas Educativas e Sociais no Desporto”; “Desporto, Saúde e Segurança”; “Equipamentos Desportivos e o Território”; “Políticas de Financiamento do Sistema

Desporto”; e “Reforma do Sistema Desportivo”.

Sendo verdade que o objectivo fundamental do Congresso, assumido pelo secretário de Estado da Juventude e do Desporto, é sustentar as correcções e ajustamentos legislativos consequentes, nomeadamente uma proposta de lei de bases do Desporto ou do Sistema Desportivo, aquilo que tenho lido e acompanhado, e sobretudo, pelas sessões em que participei, o Congresso transformou-se num alargado debate nacional e numa verdadeira e eficaz acção de formação desportiva.

Discutiu-se o papel do Desporto Escolar, os seus objectivos e qual o seu modelo organizativo.

Discutiram-se os problemas do Desporto e da Saúde. Quais os problemas e os benefícios para uma vida saudável associados às mais variadas formas e estilos de prática desportiva.

Reflectiu-se sobre a quantidade e qualidade dos equipamentos desportivos, bem como sobre como corrigir as assimetrias e desequilíbrios existentes.

Debateu-se toda a problemática do financiamento do sistema desportivo para atingirmos uma definição rigorosa dos objectivos, dos níveis de competência e meios de financiamento por parte do Estado aos seus mais variados níveis.

Reflectiu-se e debateu-se sobre como ter “mais e melhor” desporto.

Desde do dia 12 de Dezembro realizaram-se dezenas de sessões de trabalho nas quais colaboraram, a título gracioso, centenas de preletores das mais variadas origens políticas e sectoriais. Assistiram, e muitos participaram com questões e opiniões, mais de 5 000 agentes desportivos.

Foi sem dúvida nenhuma um acontecimento nacional. As sessões decorreram em 29 localidades dos 18 distritos do Continente e das duas regiões autónomas.

Depois deste enorme esforço feito por todos os agentes desportivos nada será como dantes. Um agradecimento muito especial para todos eles.

É de saudar o efectivo exercício de audição legalmente previsto – No passado recente, na legislatura anterior, só depois de aprovada na generalidade é que a Lei de Bases do Desporto foi discutida com os parceiros do movimento desportivo.

Como já foi dito e escrito “depois da confidencialidade e do silêncio temos a discussão e o diálogo”.

O PS e o Governo no pós-presidenciais de 2006

A CELEBRADA maioria de esquerda, se não serviu nas últimas eleições para eleger um Presidente da República, então há que dizer que talvez não sirva para nada. Esta é uma conclusão, porventura envolta em algum pessimismo, mas à qual não se poderá retirar qualquer ponta de realidade.

Uma realidade que, para o Partido Socialista, tem de ser vivamente discutida e analisada. A nova realidade das presidenciais deve trazer o debate para o interior do Partido Socialista. Para muitos, o papel do PS será simplesmente o de sustentar o Governo e isto é redutor para o tempo que vivemos. Ora, o Governo está a governar da maneira que está, com tomadas de decisão duras mas muitas delas necessárias, todas para salvar o sacrossanto Estado Social. A complementaridade mais correcta das actuais medidas talvez fosse reformar o Estado Social.

Assim sendo, um partido moderno, para responder aos desafios da globalização e aos problemas dos tempos que correm, tem que funcionar em rede, tem que demonstrar um grande elo de ligação com a população e o próprio Governo e tem que fazer os debates e os confrontos sobre os temas modernos.

Porque o que é indiscutível é que hoje em dia um programa de Governo para quatro anos pode, ao fim de pouco tempo, de meses ou de dois anos, por exemplo, mostrar-se ultrapassado. É preciso, por isso, que o Governo tenha uma linha firme, até se concluir que se torna conveniente mudar e, aí, o partido tem que municiar o Governo com os projectos políticos necessários para que possa responder aos novos desafios. O país precisa de estar mais flexível para poder estar apto a responder a tais desafios. Já não vivemos no tempo da guerra fria, em que tudo se passava mais lentamente, em que os partidos como o Partido Socialista serviam não só como depositários do acervo ideológico e como ponto de encontro dos diversos representantes das classes sociais, mas também para esbater as diferenças e sustentar o Governo na luta contra os outros grupos, quer políticos, quer cívicos ou até corporativos, que tentavam tomar conta do poder ou, pelo menos, tentavam aumentar a sua influência.

Agregada a todos estes circunstancialismos, está a ideia de que, a partir de agora, o Partido Socialista precisa de um debate ideológico para decidir em termos de estratégia se pretende sustentar o seu poder sobre o eleitorado mais à esquerda ou mais à direita. Ou, colocada a questão de outro modo, o Partido Socialista tem de saber como recuperar os 10 a 15 por cento de eleitores chamados normalmente de flutuantes e que desta vez não depositaram o seu voto no canteiro político da rosa.

Veja-se como Manuel Alegre viveu muito dos descontentes, veja-se como a vitória antecipada de Cavaco Silva beneficiou Alegre, atente-se no facto de os dois candidatos (Alegre e Soares) terem saído da minoria dentro do PS. Elogia-se a honestidade e a persistência de Soares na campanha. Um candidato independente com apoio mais ou menos disfarçado do PS e do Governo teria tido outros resultados? Não vale a pena agora chorar sobre leite derramado importa, isso sim, constatar que o cenário mudou, ou seja, no Palácio de Belém está um Presidente de centro-direita, enquanto no Governo está um primeiro-ministro do centro-esquerda (antes, durante uma década, foi Soares que esteve em Belém e Cavaco em S. Bento).

Com esta realidade, com esta "coabitação" (que aliás muitos pensam, inclusivamente, poder ser benéfica para Sócrates), com as inevitáveis consequências dos resultados de 22 de Janeiro, o Partido Socialista tem de reformular a sua estratégia. Porque, daqui a três anos, tem de voltar a ganhar as eleições com maioria absoluta. Senão, a situação complica-se para o PS e principalmente para o país.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS eleito pelo círculo de Braga

Um partido moderno, para responder aos desafios da globalização e aos problemas dos tempos que correm, tem que funcionar em rede

A mobilidade dos trabalhadores arrasta a das empresas na UE



ARNALDO RIBEIRO
Mestre em Administração Pública

O plano tecnológico deveria conhecer uma implementação mais acelerada, por forma a atingir-se os objectivos da Estratégia de Lisboa, antes da data prospectiva de 2010

NA UNIÃO EUROPEIA (UE) uma regra de ouro é a liberdade de circulação das pessoas, a par dos bens e dos capitais, sendo que estas liberdades foram consignadas na concretização do mercado interno, de 1986. Desde então, um conjunto de medidas foram tomadas no sentido de assegurar a verificação deste desiderato, contra a vontade daqueles que culpam de muitos males esta mesma mobilidade.

Ora desde então o que se verifica é precisamente o contrário. Com maior liberdade de circulação, os níveis de emprego crescem, também porque a União está em decréscimo populacional e os fluxos de população vêm assegurar as taxas de vitalidade de alguns Estados-membros e reforçar o mercado de emprego em procura de mão de obra.

Esta situação verifica-se sobretudo nos países mais envelhecidos ou em vias de o ser, como é o caso dos do Norte do continente E Portugal não está imune nos nossos dias e no futuro.

Um relatório da Comissão Europeia, publicado em 8 de Fevereiro, mostra que "a mobilidade dos trabalhadores dos Estados-membros comunitários da Europa Central e Oriental para a UE-15 teve, na maioria dos casos, efeitos positivos. Os trabalhadores da UE-10 ajudaram a ultrapassar carências no mercado de trabalho e contribuíram para um melhor desempenho económico na Europa. Verificou-se inclusive que os países que não aplicaram restrições após Maio de 2004 (Reino Unido, Irlanda e Suécia) registaram um alto crescimento económico, uma queda do desemprego e uma subida do emprego".

Quanto aos 12 países da UE que recorreram às disposições transitórias, os trabalhadores, nos casos em que conseguiram obter acesso legalmente, integraram-se sem problemas no mercado de trabalho. Contudo, os dados sugerem que estes países enfrentaram efeitos colaterais indesejáveis, como níveis mais elevados de trabalho não declarado e trabalho por conta própria fictício. No conjunto da UE, os fluxos de trabalhadores foram bastante limitados.

O impacto da adesão dos 10 novos Estados-membros do Leste foi portanto positivo, contrariando o que alguns descrentes apregoavam contra este alargamento. O que se verifica na realidade foi uma atracção por parte destes países quanto a unidades fabris, até então instaladas nos outros 15 Estados-membros, digamos da pré-adesão. Muito a contragosto assistimos, indefesos, à deslocalização em grande escala, de um conjunto de empresas que, repentinamente (?) descobrem que há regiões da Europa onde os salários são mais baixos, as qualificações mais elevadas e os mercados consumidores mais perto. São estes os ingredientes a juntar à concorrência desenfreada dos mercados asiáticos e à mundialização das economias, que concorrem para o aumento do número de desempregados em Portugal, Estado-membro que apresenta mais de 8 por cento de desempregados registados nos centros de emprego, à procura de trabalho. A realidade será portanto mais grave, pois um volume importante (?) de pessoas que não estão recenseadas engrossariam estes números.

Em Portugal, a situação é perigosa, pois atingimos níveis nunca alcançados e, sobretudo, a retoma económica não se afigura próxima. Os poucos ganhos da competitividade das empresas e os esforços do Governo para melhorar o desempenho e reduzir o peso

da administração pública não compensam as perdas registadas no mercado do emprego. A economia vive anestesiada e os subsídios de desemprego mantêm parte da população activa na expectativa de melhores dias, mas a luz ao fundo do túnel ainda não se avista.

Deve-se referir ao empenho aturado do Governo para incentivar a retoma, com um sem-número de programas de apoio à indústria, aos serviços e ao turismo, à contratação de jovens diplomados, à oferta de mais de três milhar de estágios na administração pública, para jovens licenciados e à atracção de grandes projectos de investimento estrangeiro, nomeadamente no Norte do país. Todavia, este cenário de incentivos, apesar de vigoroso, não chega.

O plano tecnológico deveria conhecer uma implementação mais acelerada, por forma a atingir-se os objectivos da Estratégia de Lisboa, antes da data prospectiva de 2010, como fora anunciada na última presidência portuguesa da União. Neste plano tecnológico reside grande parte das esperanças do país, para dar o salto da ciência e da competitividade. Sinais positivos desta aposta são a visita mediática recente do Bill Gates e a anunciada OPA sobre a PT. Ambas estas iniciativas concorrem para um sector terciário mais concorrencial e competitivo, com os trabalhadores (e os consumidores) a beneficiarem destes investimentos. A difusão das tecnologias da informação por um lado e a permeabilização privada por parte de uma empresa, demasiado tempo, pública são sinais das mudanças que Portugal deve implementar, o mais urgente possível para se assumir como uma região atractiva e produtiva.

Estou convencido que as restrições à mão-de-obra procedente dos novos Estados-membros não se justifica mais. De acordo com o Tratado de Adesão assinado em Abril de 2003, os Estados-membros têm de decidir até 1 de Maio de 2006 se levantam as restrições nacionais à livre circulação de trabalhadores na UE. Essas disposições foram introduzidas em Maio de 2004 por todos os antigos Estados-Membros (UE-15) (excepto a Irlanda, a Suécia e o Reino Unido) em relação aos trabalhadores dos oito novos países comunitários da Europa Central e Oriental.

Os Estados-membros que não levantaram restrições à mobilidade de trabalhadores em proveniência dos novos Estados-membros são precisamente aqueles que conhecem taxas de crescimento económico acima da média comunitária. Ora aí reside um dos benefícios da mobilidade destes trabalhadores: assim como os portugueses, que nos anos 60 e 70 se mudaram para os países mais ricos do Norte da Europa, os emigrantes do Leste, que são membros da União, como todos nós, vêm colmatar a falta de mão-de-obra qualificada, contribuir para a segurança social, liquidar impostos e representar um ganho imediato para Portugal, pois a sua formação nada nos custou. Por fim, a formação destes trabalhadores é muito superior à dos demais, sendo que a maioria deles apresentam níveis de formação médio-elevado de 79 por cento, quando na EU-15 esta média é de 64 por cento. Os "emigrantes" do Leste europeu são mais qualificados, mais propensos ao empreendedorismo, à inovação, à criação de empresas, à gestão de postos de trabalho e à internacionalização da nossa economia. O Estado deveria criar um programa de atracção destes trabalhadores e condições para os gestores interessados em investir em Portugal, mas ainda nada vi neste sentido.

Colocação de professores: O concurso da estabilidade



Foram aprovadas em Conselho de Ministros as novas regras do concurso para selecção e recrutamento dos professores para o pré-escolar e para os ensinos básico e secundário. O Governo cumpre assim o compromisso, que assumiu, de garantir a estabilidade do corpo docente e de organizar em novos moldes o sistema de colocações. As novas regras fazem deste o concurso da estabilidade.

COLOCAÇÕES PLURIANUAIS

Como era

A vigência do concurso e a validade das colocações era anual.

Candidatavam-se anualmente os professores dos QE (para mudança de escola), todos os professores dos QZP, todos os indivíduos detentores de qualificação profissional para a docência certificada pelo ME, bem como outros indivíduos portadores de habilitação própria.

Este concurso destinava-se ao suprimento das necessidades permanentes das escolas e das necessidades residuais.

Os Docentes com deficiência permanente não beneficiavam de nenhum regime especial de afectação, podendo requerer o destacamento por condições específicas.

Como vai ser

Vagas de quadro (Quadros de Escola [QE] e Quadros de Zona Pedagógica Contratados [QZP]) - O concurso para o preenchimento de vagas nos QE e QZP terá a validade mínima de 3 anos (realizando-se o próximo em 2009). A partir de 2009 o concurso passará a ter validade por 4 anos (realizando-se o concurso seguinte em 2013). Assim os professores que se apresentem ao concurso de 2006 e sejam colocados numa vaga de QE ou QZP permanecerão nessa mesma vaga até 2009, data em que poderão concorrer novamente.

Horários de afectação - A afectação dos professores do QZP a horários disponíveis por escola e que não estejam assegurados pelos QE ocorrerá até à 3ª colocação cíclica e terá também validade de 3 anos. Caso as necessidades não se mantenham (o horário deixe de existir) o professor será reafectado a outra escola onde permanecerá até ao próximo concurso (por 2 ou 1 ano).

Horários assegurados por docentes em mobilidade - A colocação por destacamento em resultado de concurso terá igualmente a duração de 3 anos, excepto se a necessidade deixar de se verificar.

Contratação anual para necessidades residuais - Os professores contratados para necessidades residuais, quando a necessidade se mantenha (para horários completos e duração anual), poderão ter renovado o seu contrato até 3 anos, desde que exista a concordância da escola, criando, assim, melhores condições para a profissionalização dos professores em início de carreira.

Colocação de docentes com deficiência - Por despacho do Ministro da Educação poderão ser definidas as situações de colocação de docentes portadores de incapacidades que perturbem ou impeçam a sua mobilidade, devidamente comprovadas por documentos médicos. Trata-se, neste caso, um mecanismo extra concursal de colocação definitiva (enquanto a situação se mantiver).

Porquê

De entre os objectivos prioritários da política educativa expressos no Programa do XVII Governo Constitucional figura a adopção de medidas que favoreçam a estabilidade do sistema de colocação do corpo docente.

Esta estabilização promove:

- a continuidade da relação educativa entre professores e alunos
- condições para a consolidação dos projectos educativos das escolas
- a estabilização das expectativas dos docentes face ao local de trabalho.

A relação destes factores com a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, dos resultados escolares e do funcionamento das escolas está amplamente reconhecida.

O princípio da estabilização tem sido, desde há anos, reivindicado pelos diversos parceiros educativos.

MOBILIDADE POR DESTACAMENTO

Como era

Existia a possibilidade de destacamento de professores dos QE para as seguintes condições: ausência de serviço, condições específicas, preferência conjugal e aproximação à residência.

Em todos estes casos a validade das colocações era anual.

Como vai ser

Concurso para destacamentos nos seguintes casos:

Ausência de serviço Mantêm-se as condições actuais, excepto no que diz respeito à validade da colocação que passa a ser de 3 anos.

Educação Especial Incorporam-se ainda no concurso nacional os destacamentos para a educação especial (para as vagas dos quadros de educação especial não ocupadas) cujas regras e duração são as mesmas dos restantes.

Condições específicas Mantêm-se as condições actuais, excepto no que diz respeito à validade que passa a ser de 3 anos. No caso de situações surgidas no decurso destes 3 anos, o docente poderá candidatar-se ao respectivo destacamento.

Aproximação à residência No caso dos destacamento para aproximação à residência, para além da duração da colocação (3 anos), introduz-se uma condicionante: não pode ter lugar dentro do mesmo concelho ou em concelhos adjacentes nos casos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Porquê

Promoção da estabilidade do corpo docente através da plurianualidade das colocações por destacamento.

Existia um elevado número candidatos aos destacamentos por aproximação à residência para mudanças de escola ou zona pedagógica muito próximas (dentro do mesmo concelho ou mesmo da mesma freguesia), o que criava uma enorme instabilidade no sistema. Pretende-se assim considerar a possibilidade de aproximação à residência, mas apenas quando estão em causa distâncias substanciais.

A simultaneidade da colocação em destacamento por aproximação à residência e da afectação dos professores dos QZP vem permitir uma maior possibilidade de aproximação à residência dos professores muito afastados, respeitando a graduação de todos os docentes.

GRUPO E QUADRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Como era

Até agora os docentes de educação especial eram colocados pelo mecanismo de destacamento anual, o que gerava uma enorme instabilidade e desperdício de recursos.

A definição das necessidades era realizada pela escola e pelas Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos, sendo os professores necessários colocados, por concurso regional, anualmente.

Como vai ser

É criado um grupo de docência de Educação Especial, dividido em 3 subgrupos.

São igualmente criadas vagas nos quadros dos agrupamentos. Os Professores são colocados na escola da sede de agrupamento, segundo as mesmas regras gerais do concurso, podendo prestar serviço em qualquer escola do agrupamento, segundo as necessidades e prioridades identificadas pelos Órgãos de Gestão.

Podem concorrer para as vagas nos quadros de educação especial todos os professores com habilitações legais para a leccionação na educação especial.

As vagas que estes professores libertam nos grupos de origem são recuperadas para concurso.

As vagas que não sejam ocupadas são objecto de concurso para destacamento ao qual se podem candidatar os professores legalmente habilitados e ainda os que possuam pelo menos um ano de experiência na educação especial.

Porquê

Melhoria das condições de acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, fixando aos agrupamentos professores especializados em Educação Especial.

Recuperação de vagas de quadro de escola dos lugares dos professores colocados na educação especial permitindo assim o alargamento das vagas de quadro de escola para a fixação e estabilização de maior número de professores.

PROCEDIMENTOS

Como era

Formato totalmente electrónico do concurso aplicado em 2005 incluindo: fase de inscrição dos interessados, fase de candidatura, fase de validação de candidaturas pelas escolas, fase de divulgação das listas de graduação e das listas de colocação e respectivos períodos de reclamação e recurso.

Como vai ser

Mantêm-se o formato totalmente electrónico bem como as fases definidas no concurso de 2005.

A colocação far-se-á com recuperação de vagas/horários pela seguinte ordem:

- (1) vagas de QE;
- (2) vagas de QZP;
- (3) destacamentos para a educação especial;
- (4) destacamentos por ausência de serviço;
- (5) destacamentos por condições específicas;
- (6) afectação dos docentes dos QZP e destacamentos por aproximação à residência (em simultâneo);
- (7) contratação externa para necessidades residuais;
- (8) colocação cíclica nacional até ao final do 1º Período;
- (9) Depois do 1º Período o recrutamento será feito directamente pelas escolas.

A abertura do concurso ocorrerá até ao final do mês de Fevereiro. O aviso de abertura será, tal como em 2005, exaustivo nas instruções aos candidatos, haverá um Manual de candidatura online permanentemente disponível no site da DRGHE e das DRE e um *call-center* disponibilizado pela DGRHE.

Porquê

Pretende-se conservar todos os aspectos procedimentais que no modelo de concurso aplicado em 2005 se tenham mostrado positivos e úteis. Evitam-se alterações desnecessárias a instrumentos e procedimentos.

A simultaneidade da colocação em destacamento por aproximação à residência e da afectação dos professores dos QZP vem permitir uma maior possibilidade de aproximação à residência dos professores muito afastados, respeitando a graduação de todos os docentes.

Governo vai tirar 300 mil idosos da pobreza



O COMPLEMENTO Solidário para Idosos vai ser encurtado em um ano, garantiu o primeiro-ministro no debate mensal no Parlamento.

Esta medida terá reflexos já em 2007 para os idosos carenciados que tenham entre os 70 e os 80 anos de idade, apontando o Executivo a possibilidade de no ano seguinte a regra poder ser estendida aos que se situem entre os 65 e os 70 anos de idade.

José Sócrates aproveitou a ida à Assembleia da República para anunciar igualmente o lançamento de um Programa de Investimentos em Equipamentos Sociais no valor de 45 milhões de euros, iniciativa que vai ajudar a criar 45 mil novas vagas em diversas instituições para idosos e crianças, assim repartidas: 13 mil novas vagas em centros de dia, lares e apoio domiciliário para os mais velhos, 1000 novas vagas para deficientes em centros ocupacionais e unidades residenciais e 31 mil novas vagas em creches. Esta acção, referiu o primeiro-ministro, vai permitir aumentar em 50 por cento as actuais disponibilidades nestes sectores, sublinhando ainda que cerca de 90 por cento destas vagas serão criadas em parceria com

instituições de solidariedade.

Para Sócrates, “combater a pobreza” constitui “uma obrigação moral e uma prioridade política”.

Reconhecendo que o sucesso deste ou de qualquer outro governo costuma ser medido pelos resultados que se conseguem ao nível das políticas económicas, “e que só com o crescimento da economia se pode reduzir as desigualdades sociais”, Sócrates não deixou igualmente de sublinhar que o verdadeiro teste moral à capacidade e à sensibilidade social de um governo “está na forma como trata os mais desfavorecidos”, aqueles que são os mais pobres e, sobretudo, como também referiu, aqueles que sofrem uma “pobreza sem voz”, por não terem condições para se fazerem ouvir.

É entre os idosos que a pobreza se manifesta de forma mais dura e sem alternativas, frisou o chefe do Executivo no Parlamento, razão pela qual “o Governo do Partido Socialista tem como uma das suas principais prioridades uma clara e efectiva política de combate à pobreza e o apoio aos mais velhos”.

Em Portugal, a pobreza entre os mais idosos ronda os 30 por cento, valor que não tem paralelo em

nenhum outro país da União Europeia. Este indicador revela-nos que cerca de 300 mil idosos sobrevivem hoje com rendimentos abaixo dos 300 euros mensais, o que corresponde no panorama nacional, como acentuou o primeiro-ministro, ao “chamado limiar de pobreza”.

Problema identificado

O problema da pobreza está definido. Reside naqueles que vivem exclusivamente de pensões, quer de velhice, quer de sobrevivência, que auferem 300 ou menos euros mensais, e que não têm acesso a qualquer outro rendimento ou ajuda. É para estes que o Executivo dirige a sua principal atenção, nomeadamente ao criar o Complemento Solidário para Idosos.

Regozizando-se com o facto de o Governo ter sido capaz de cumprir mais uma promessa eleitoral, José Sócrates anunciou que, depois de “termos feito todo o trabalho técnico, legislativo e administrativo”, o pagamento do Complemento para Idosos “já pode e já está a ser requerido pelos idosos mais carenciados”.

Para se ter uma ideia do sucesso

que esta iniciativa governamental já está a ter, refira-se que em poucos dias, desde a entrada em vigor da regulamentação a 6 de Fevereiro, mais de dois mil requerimentos já foram apresentados e no máximo, garantiu José Sócrates, “no próximo mês de Março começarão a ser pagas as primeiras centenas de prestações referentes aos requerimentos aprovados”.

Cumpra-se assim, “como sempre foi dito e defendido pelo Governo”, o objectivo de tirar da pobreza até ao fim desta legislatura, 300 mil idosos, facto que só será possível alcançar, graças “ao excelente desempenho na gestão financeira da segurança social no último ano”.

Novos investimentos em equipamentos sociais

Outra iniciativa que o primeiro-ministro anunciou no Parlamento, durante o debate mensal, respeita a um sector de vital importância para o bem-estar e qualidade de vida dos idosos: a rede de equipamentos sociais.

Com esta política, referiu José Sócrates, o Executivo do Partido

Socialista inverte o panorama até aqui seguido, onde se registaram, sucessivamente, quebras acentuadas no investimento público em equipamentos sociais. De facto, os anteriores governos de direita deram a este sector muita pouca importância, lembrou, bastando referir, por exemplo, que em 2001 o total de investimento em equipamentos sociais apoiado pelo orçamento nacional foi de 47,6 milhões de euros e em 2004 esse valor caiu para os 9,6 milhões de euros, ou seja, “em apenas três anos tivemos uma redução de cerca de 80 por cento no esforço orçamental de investimento em equipamentos sociais”, uma atitude que o primeiro-ministro não deixou de classificar “como sintomática da pouca sensibilidade social então existente”.

Por isso, o Governo decidiu assim criar um novo Programa de Investimento em Equipamentos Sociais, onde se estima viabilizar, nos próximos quatro anos, um investimento total de 450 milhões de euros, facto que permitirá como garantiu José Sócrates “aumentar a capacidade de resposta dos nossos equipamentos em 45 mil novas vagas”.

R.S.A.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista/Francisco Sandoval ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista/Francisco Sandoval e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** Nº 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accasocialista@ps.pt